



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

DENILSON BRITO DOS SANTOS

**FORMAÇÃO CONTINUADA NOS PLANOS MUNICIPAIS DE
EDUCAÇÃO:
ORIENTAÇÕES, AÇÕES ARTICULADAS E REALIZAÇÕES**

Tocantinópolis (TO)

2020

DENILSON BRITO DOS SANTOS

**FORMAÇÃO CONTINUADA NOS PLANOS MUNICIPAIS DE
EDUCAÇÃO:
ORIENTAÇÕES, AÇÕES ARTICULADAS E REALIZAÇÕES**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – Câmpus de Tocantinópolis para a obtenção do título de Pedagogo, sob orientação do Prof. Dr. Cleomar Locatelli.

Tocantinópolis (TO)

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237f Santos, Denilson Brito dos.

Formação continuada nos Planos Municipais de Educação: orientações, ações articuladas e realizações. / Denilson Brito dos Santos. – Tocantinópolis, TO, 2020.

77 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2020.

Orientador: Cleomar Locatelli

1. Educação. 2. Formação continuada. 3. Formação docente. 4. Planos Municipais de Educação. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DENILSON BRITO DOS SANTOS

**FORMAÇÃO CONTINUADA NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO:
ORIENTAÇÕES, AÇÕES ARTICULADAS E REALIZAÇÕES**

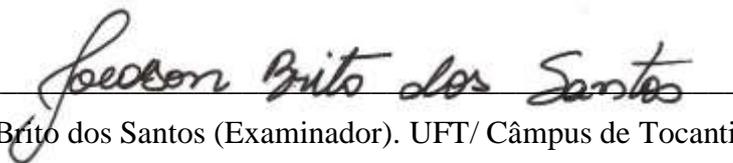
Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, para obtenção do título de Pedagogo, sob orientação do Prof. Dr. Cleomar Locatelli.

Data de aprovação: 14/09/2020

Banca Examinadora



Prof. Dr. Cleomar Locatelli (Orientador). UFT/ Câmpus de Tocantinópolis - TO



Prof. Dr. Joedson Brito dos Santos (Examinador). UFT/ Câmpus de Tocantinópolis - TO

Tocantinópolis, 2020

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia. Ao meu pai Gilson, minha mãe Vanderléia, a minha irmã Ediléia e meu avô Belxor Ladeira (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Esta fase da minha vida é muito especial e não posso deixar de agradecer a Deus por toda força, ânimo e coragem que me ofereceu para ter alcançado minha meta. À Universidade Federal do Tocantins quero deixar uma palavra de gratidão por ter me recebido de braços abertos e com todas as condições que me proporcionaram dias de aprendizagem muito ricos.

Aos professores reconheço um esforço gigante com muita paciência e sabedoria. Foram eles que me deram recursos e ferramentas para evoluir um pouco mais todos os dias. Em especial meu orientador Cleomar Locatelli pelos fundamentais ensinamentos e pela compreensão durante esse período de escrita e pesquisa.

É claro que não posso esquecer-me da minha família e amigos, porque foram eles que me incentivaram e inspiraram através de gestos e palavras a superar todas as dificuldades. A todas as pessoas que de uma alguma forma me ajudaram a acreditar em mim eu quero deixar um agradecimento eterno, porque sem elas não teria sido possível.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”.

(John Dewey)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a formação continuada nos Planos Municipais de Educação. O objetivo é analisar as metas e estratégias sobre formação continuada, considerando sua extensão e possibilidades de execução, bem como a avaliação dos gestores municipais de Educação sobre o processo de implementação. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo com aplicação de entrevistas. A análise documental foi realizada por intermédio dos Planos Municipais de Educação - PMEs e Relatórios de monitoramento e avaliação dos PMEs de Nazaré – TO, Tocantinópolis – TO e Santa Terezinha do Tocantins – TO. As entrevistas foram realizadas com os gestores municipais de Educação. Fundamentaram a pesquisa autores como Nóvoa (1991), Candau (1996), Paula (2009) e Rodrigues (2004), também documentos legais como as LDBs (Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961; Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 e; Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a Constituição Federal Brasileira de 1988, o PNE 2014-2024 (Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014) e os PMEs. Constatou-se que a formação continuada se faz significativamente presente nos PMEs estudados e é citada como alternativa para a inserção de diversos temas do cotidiano escolar, porém se revela muito limitada quanto a sua estruturação e concretização local e com pouca iniciativa própria. Constatam-se também percentuais baixos de participação nas iniciativas já realizadas. Espera-se que o trabalho possa contribuir no sentido de ajudar compreender como está acontecendo o desenvolvimento educacional na região, principalmente, no que diz respeito à formação continuada, analisando como é seu tratamento nos PMEs e como está sendo trabalhado na prática.

Palavras-chave: Formação continuada. Formação docente. Planos Municipais de Educação.

ABSTRACT

The present work has as object of study the continuous formation in the Municipal Plans of Education. The objective is to analyze the goals and strategies on continuing education, considering its extent and possibilities of execution, as well as the evaluation of municipal education managers on the implementation process. For the development of the research we used bibliographic, documentary research and fieldwork with interviews. The documentary analysis was carried out through the Municipal Education Plans - PME's and Monitoring and evaluation reports of the PME's of Nazaré - TO, Tocantinópolis - TO and Santa Terezinha do Tocantins - TO. The interviews were conducted with municipal education managers. The research was based on authors such as Nóvoa (1991), Candau (1996), Paula (2009) and Rodrigues (2004), also legal documents such as LDBs (Law No. 4,024 of December 20, 1961; Law No. 5,692, of August 11 1971 and; Law No. 9,394, of December 20, 1996), the Brazilian Federal Constitution of 1988, the PNE 2014-2024 (Law No. 13,005, of June 25, 2014) and PME's. That continuing education is significantly present in the PME's studied and is cited as an alternative for the insertion of various themes of daily school life, but it is very limited in terms of its structure and local implementation and with little initiative of its own. There is also a low percentage of participation in the initiatives already carried out. It is hoped that the work can contribute towards helping to understand how educational development is happening in the region, especially with regard to continuing education, analyzing how it is treated in PME's and how it is being worked on in practice.

Keywords: Continuing Education. Teacher Education. Municipal Education Plans.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Gráfico 1: Percentual de professores da Educação Básica que realizaram cursos de Formação Continuada entre os anos de 2008 e 2013 – Brasil.....	28
Quadro 1: Análise de semelhanças e diferenças na descrição da meta sobre formação continuada. PNE, PMEs e PEE do estado do Tocantins.....	36
Quadro 2: Comparativo sobre as metas pertinentes a formação continuada, o número de estratégias, a utilização do termo “formação continuada” e os temas associados nos Plano Nacional e Subnacionais.....	44-45
Quadro 3: Recorte referente ao indicador B da meta 12 do relatório de monitoramento do PME, município de Nazaré - TO.....	49
Quadro 4: Recorte referente ao indicado B da meta 16 do relatório de monitoramento e avaliação PME, município de Tocantinópolis - TO.	51
Quadro 5: Recorte referente à meta 16 do relatório de monitoramento e avaliação do PME, município de Santa Terezinha do Tocantins – TO.	52-53
Quadro 6: Concepções de formação continuada dos Secretários (as) Municipais de Educação dos municípios de Nazaré - TO, Tocantinópolis - TO e Santa Terezinha do Tocantins - TO.	55
Quadro 7: Avaliação dos entrevistados sobre os PMEs de seus municípios.	57-58

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEFAM	Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
CSC	Controle Social para Conselheiros
DCT	Documento Curricular do Tocantins
EB	Educação Básica
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EaD	Educação à Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FC	Formação continuada
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GIEPEES	Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Educação e Sociedade
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
P.P.P	Projeto Político Pedagógico
PCCR	Plano de Cargos, Carreira e Remuneração
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEE	Plano Estadual de Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PTE	Programas de Transporte do Escolar
SEDUC	Secretaria Executiva de Estado de Educação
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Escolar

TO

Tocantins

UFT

Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FORMAÇÃO CONTINUADA: DO CONCEITO A PRÁTICA	16
2.1	Sobre o conceito histórico e tendências da formação continuada	16
2.2	Sobre as concepções de formação continuada	18
2.3	Formação continuada no Brasil	20
2.3.1	Demarcação histórica.....	21
2.3.2	Marcos legais	23
2.4	Limites e possibilidades diante das questões teóricas e práticas dos profissionais da Educação	29
3	A FORMAÇÃO CONTINUADA NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - PMES - DE TOCANTINÓPOLIS, NAZARÉ E SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	33
3.1	Coerências, especificidades e divergências em relação à formação continuada nos planos analisados.	34
3.1.1	Especificidades das estratégias de cada ente federado quanto à formação continuada	37
3.2	Indicações sobre a realização da formação continuada e temas propostos nos três municípios e estado do Tocantins.	42
4	A FORMAÇÃO CONTINUADA NOS RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO DO PME E NA AVALIAÇÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	46
4.1	Sobre os relatórios municipais de monitoramento e avaliação	48
4.1.1	Relatório Municipal de Monitoramento e Avaliação de Nazaré - TO – Meta 12	48
4.1.2	Relatório Municipal de Monitoramento e Avaliação de Tocantinópolis -TO – Meta 16	50
4.1.3	Relatório Municipal de Monitoramento e Avaliação de Santa Terezinha do Tocantins - TO – Meta 16.....	52
4.2	A visão dos gestores educacionais sobre a formação continuada e os Planos Municipais de Educação	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
	APÊNDICE A: Roteiro para entrevista estruturada	70

ANEXO A: Termo de adesão à assistência técnica de Nazaré - TO	71
ANEXO B: Termo de adesão à assistência técnica de tocaninópolis - to	72
ANEXO C: Termo de adesão à assistência técnica de Santa Terezinha do Tocantins - TO	73
ANEXO D: Respostas, entrevista estruturada com Secretário Municipal da Educação e Cultura, município de Nazaré - TO	74
ANEXO E: Respostas, entrevista estruturada com Secretário Municipal da Educação e Cultura, município de Tocantinópolis - TO.....	75
ANEXO F: Respostas, entrevista estruturada com Secretário Municipal da Educação e Cultura, município de Santa Terezinha do Tocantins - TO	77

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que o Estado brasileiro, por meio do que foi pactuado constitucionalmente, desempenha a função de zelar por seus cidadãos. Portanto, para conseguir objetivar essa função tão importante para o bem-estar coletivo são executadas diversas ações e intervenções em variadas áreas que dizem respeito à vida das pessoas. O conjunto dessas ações são chamadas de Políticas Públicas.

Segundo Amaral, Caldas e Lopes (2008, p. 05)

[...] as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade.

Portanto, no presente trabalho tratamos de um tema voltado às Políticas Públicas. Mais precisamente um estudo sobre o funcionamento dessas políticas, sendo o foco principal as políticas públicas voltadas para Educação ou as Políticas Educacionais. Caso em que abordaremos a formação docente, considerando, mais especificamente, o planejamento municipal para formação continuada.

O Plano Nacional de Educação - PNE (2014, p.274), em sua meta 16, propõe “garantir a todos (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino”, sendo que o plano propõe conseguir alcançar essa meta até o último ano de vigência do PNE. Esse destaque, em nossa compreensão, reconhece ser a formação continuada de grande importância para uma educação de qualidade e para a valorização profissional.

Diante disso, delimitamos o tema de Políticas Educacionais voltadas para a formação continuada, a uma análise dos Planos Municipais de Educação (PMEs), fazendo um recorte a três municípios da região Bico do Papagaio no norte do estado do Tocantins, mais precisamente às cidades de Tocantinópolis - TO, Nazaré – TO e Santa Teresinha do Tocantins - TO.

A escolha dos municípios foi feita anteriormente a propagação do Novo Corona Vírus – COVID 19 e levo em conta a proximidade dos mesmo à onde reside o autor, pois iriam ser realizadas entrevistas presenciais com os Secretários Municipais de Educação dos mesmos. Além disso, optou-se por municípios do mesmo estado, Tocantins. Conseguindo meios de realizar as entrevistas á distância preferiu-se permanecer como os municípios já escolhidos.

Justifica-se essa pesquisa por um interesse, e até mesmo uma curiosidade antiga de conhecer o planejamento, as concepções e o desenvolvimento da formação continuada junto às redes municipais de ensino na região do Bico do Papagaio, tendo em vista ser a região de residência do pesquisador.

Contribuiu para a escolha e delimitação desse tema às discussões junto ao Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Educação e Sociedade – GIEPEES, coordenado pelo Prof. Dr. Cleomar Locatelli, e que vem desenvolvendo discussões, estudos e pesquisas sobre a formação docente nos planos subnacionais de educação.

Foi diante das discussões e da leitura do projeto elaborado pelo coordenador no grupo que podemos realmente reconhecer a importância da discussão e desenvolvimento desse tema.

Levando em conta o PNE (2014), o PEE do Tocantins, os PMEs e os relatórios municipais de Nazaré – TO, Tocantinópolis – TO e Santa Terezinha do Tocantins - TO, definimos os seguintes problemas de pesquisa: como se constitui o planejamento referente à formação continuada nos Planos Municipais de Educação de Nazaré – TO, Tocantinópolis – TO e Santa Terezinha do Tocantins - TO? Quais temas estão sendo abordados? Com que frequência são disponibilizados esses cursos? Como os gestores educacionais dos municípios avaliam o plano municipal e a perspectiva para a formação continuada? É em torno desta problemática que se desenvolve o presente trabalho.

Durante toda a minha trajetória estudantil, inclusive na universidade e no estágio supervisionado, surgiu uma grande curiosidade sobre o funcionamento e garantia da formação continuada, seguida de três hipóteses. A primeira é que muitas instituições e redes de ensino não a têm como parte sistemática de suas ações. A segunda é que há vários temas atuais e importantes que podem ser trabalhados por meio da formação continuada, mas muitos desse tema de interesse o para os profissionais da Educação Básica, não são trabalhados ou são tratados apenas de maneira superficial.

A terceira é que, ainda que a formação continuada seja compreendida como algo importante pelos gestores municipais, normalmente, estes não conseguem estruturar uma política efetiva que atenda adequadamente as necessidades da rede de ensino. São grandes as necessidades que têm a Escola e os profissionais atuantes nela hoje em vários aspectos, que poderia melhorar significativamente com uma formação que melhor adequasse às necessidades do professor e ao seu ambiente de trabalho.

Diante destes pressupostos, busca-se com essa pesquisa analisar a formação continuada proposta nos Planos Municipais de Educação, considerando a extensão e as

possibilidades de execução das metas e estratégias definidas, bem como a avaliação dos gestores municipais sobre a implementação.

Para esse objetivo compreende-se ser importante definir conceitualmente a formação continuada, atentando aos seus limites e possibilidades diante das questões teóricas e práticas do processo formativo para os profissionais da Educação Básica - EB. E principalmente, identificar o tratamento dado à formação continuada nos Planos Municipais de Educação de Tocantinópolis, Nazaré e Santa Terezinha, considerando especificidades, possibilidades de execução e a articulação com os planos Nacional e Estadual.

Buscamos ainda, relacionar o que está proposto nos PMEs e relatórios de monitoramento e avaliação com a avaliação dos gestores. Para ao final ter condições e informações suficientes para uma análise das perspectivas para a formação continuada nos municípios do Norte do Tocantins.

No primeiro capítulo, com o uso da pesquisa bibliográfica identificamos as bases teóricas e conceituais sobre os temas: Formação docente; Formação continuada e Políticas Educacionais, destacando a história, as possibilidades e especificidades da formação continuada. No segundo capítulo apresentamos os resultados de uma pesquisa documental das metas destinadas à formação continuada, nos Planos Municipais de Educação – PMEs dos municípios participantes da pesquisa, condizentes como as metas do Plano Estadual de Educação - PEE do estado do Tocantins e a meta 16 do PNE 2014-2024. Destacamos também alguns dados encontrados nos relatórios de monitoramento e avaliação do PME.

Já o terceiro capítulo é fruto de uma pesquisa de campo desenvolvida com os gestores educacionais dos municípios selecionados. Opta-se por entrevista com os secretários de educação dos municípios por meio de formulários online, em que se busca saber sobre as ações que estão sendo realizadas dentro dos municípios, das avaliações que os gestores municipais de Educação têm sobre os planos municipais e das concepções dos mesmos sobre a formação continuada.

Esta pesquisa pretende contribuir para uma melhor visão da formação continuada nos municípios de pequeno e médio porte, bem como para avaliar as práticas locais em articulação com o que se propõe no PEE do Tocantins e no PNE.

2 FORMAÇÃO CONTINUADA: DO CONCEITO A PRÁTICA

2.1 Sobre o conceito histórico e tendências da formação continuada

O conceito de formação continuada é algo que vem sendo construído há muito tempo e que já sofreu muitas mudanças de concepção e amplitude. Estas mudanças são marcadas pela alteração do termo de uso e de representação.

O termo, formação continuada, tem um passado recheado de diferentes denominações que foram se desenvolvendo e se ajustando conforme a ampliação e o entendimento do tema para Educação e para a sociedade. Segundo Rodrigues (2004) podemos encontrar a utilização de oito termos para expressar essa prática de formação, são eles: reciclagem, treinamento, aperfeiçoamento, capacitação, atualização, educação permanente, educação continuada e, o próprio termo formação continuada.

Reciclagem, segundo Rodrigues (2004, p. 02), foi um termo muito utilizado na década de 80 e era reflexo de práticas de formações continuadas para uma atualização da prática pedagógica. Concomitantemente a utilização desse termo eram adotados cursos descontextualizados, rápidos e descontínuos para os profissionais da educação.

Seguindo esse mesmo pensamento, Altenfelder (2005, p. 03) diz que o termo reciclagem

[...] é uma palavra usada no cotidiano para se referir a processos de modificação de objetos e materiais, não deve ser usada no contexto educacional, pois pode se referir a cursos rápidos, descontextualizados e superficiais, que não consideram a complexidade do processo de ensino.

O termo “treinamento” foi muito utilizado na década de 70 e também na década de 80, mas que se estendeu até a década de 90. Pode ser muito visto em documentos legais como em duas versões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 e; Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Esse termo remete a uma prática ligada a uma concepção tecnicista, onde se condicionam em metodologias e habilidades específicas que são repassadas ao professor, sendo deixada de lado a realidade dos professores e muitas vezes sua criatividade e autonomia (RODRIGUES, 2004).

Aperfeiçoamento é um termo ainda muito usado quando se refere à formação continuada, podemos constatar a presença dele desde a primeira LDB de 1961 (Lei nº 4.024) e também nas duas versões posteriores, assim como também na atual Constituição Federal de 1988. Este tem sentido de aperfeiçoar a formação já existente, sendo que o significado de “aperfeiçoar” no dicionário Luft (2000, p. 71) é “tornar perfeito”, portanto sendo o aperfeiçoamento uma busca por uma prática pedagógica ou educativa perfeita, porém compreendemos que a formação continuada deve ser algo que acompanhe o profissional durante toda a sua carreira.

O termo “capacitação” segundo Rodrigues (2004, p. 02-03) é algo bem próximo de reciclagem aqui já citado. Expressa uma visão descontextualizada de formação continuada onde o real objetivo é o acúmulo de conteúdos teóricos e metodológicos a serem usado posteriormente em sua atuação. Segundo Altenfelder (2005, p. 03)

[...] a adoção da concepção de capacitação como convencimento e persuasão se mostra inadequada para ações de formação continuada, uma vez que os profissionais da Educação não podem e não devem ser persuadidos ou convencidos sobre idéias [sic], mas sim conhece-las [sic], analisa-las [sic], criticá-las [sic] ou até mesmo aceita-las [sic].

Essa característica tecnicista de capacitação desencadeou uma grande propagação de cursos de capacitação com a busca de “venda” de pacotes educacionais ou “pacotes prontos” com a suposta pretensão de um melhor desempenho pedagógico (MARIN, 1995 apud RODRIGUES, 2004, p. 03). Podemos constatar que essa prática ainda vigora na atualidade, sendo efeito muitas vezes de maneira descontextualizada e em condições precárias.

Outro termo utilizado foi “atualização” que segundo Rodrigues (2004, p. 03) foi muito usado na década de 80. Refere-se a uma atualização pedagógica e cultural na bagagem do professorado, fazendo com que o professor fique informado de tudo de novo esteja acontecendo no âmbito pedagógico.

Rodrigues (2004, p. 03-04) reúne os três últimos termos (Educação permanente, formação continuada e Educação continuada) por acreditar que os mesmos seguem uma mesma concepção teórica de formação, com apenas algumas peculiaridades e sendo as que melhor expressam a amplitude desta formação.

Educação permanente traz em si o sentido de uma formação que acompanha o profissional durante toda a vida, permanentemente (RODRIGUES, 2004, p. 04). Já a Educação continuada “tem a significação fundamental do conceito de que a educação consiste em auxiliar profissionais a participar ativamente do mundo que os cerca, incorporando tal vivência no conjunto dos saberes de sua profissão (MARIN, 1995 apud RODRIGUES, 2004, pag. 04)” o que podemos estender também à “formação continuada”.

2.2 Sobre as concepções de formação continuada

A formação continuada é um tema que vem sendo muito trabalhado e pesquisado por estudiosos, porém ainda existe uma dificuldade em encontrarmos textos de autores que trabalham conceituação e outros aspectos mais específicos. No Brasil tem predominado algumas referências sobre o tema. Entre as quais, destacamos Nóvoa (1991), Candau (1996) -

que compartilham das mesmas concepções, e Paula (2009). São autores que defendem conceitos muito semelhantes e reconhecidos.

Nóvoa (1991 apud PARCIANELLO, 2015, p. 02) divide as concepções acerca da formação continuada em dois modelos: estruturantes e construtivistas. O primeiro baseia-se no cunho tecnicista que definem maneira de ação, comportamentos, conteúdos, procedimento e recursos a serem efetivadas no espaço escolar, mas sem qualquer participação de professores. Já a segunda, tem origem em uma análise reflexiva, na qual o professor é membro ativo, sendo que essa formação acontece integrada ao seu dia-a-dia.

Assemelhando-se a Nóvoa em concepções sobre formação continuada, Candau (1997) diz que a formação continuada não pode ser concebida como um processo de acumulação (de cursos, palestras, seminários etc., de conhecimentos ou de técnicas), mas sim como trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal e profissional, em interação mútua. E é nessa perspectiva que a renovação da formação continuada vem procurando caminhos novos de desenvolvimento. (CANDAU, 1997 apud PAULA, 2019, p. 67-8).

De acordo com a autora a formação continuada vem buscando essa nova perspectiva de uma formação reflexiva e construtiva profissional que é praticada de uma maneira em que haja uma interação entre professores e também destes com outros profissionais. Tem que estar presente e visível o caráter formativo destas atividades para que passem de mera acumulação de certificados. Este fato não é algo novo e não apenas se restringe a formação continuada.

Candau (1996 apud RODRIGUES, 2004, p. 04) afirma que a formação de professores deve tomar por base três aspectos, a escola como lócus de formação continuada; a valorização do saber docente e; o ciclo de vida dos professores. A escola como lócus de formação continuada têm em vista que é na escola que o professor aprende, redescobre e aprimora sua formação, portanto, é importante destacar este local como essencial para a presença da mesma. Valorizar o trabalho e produção do professor também é importante, pois se deve ouvir as necessidades dos professores e que os mesmos sejam ativos no seu processo de formação. Assim como também entender os “momentos” da carreira do professorado.

Em uma perspectiva aproximada de Candau (1996), Paula (2019) diz que a formação continuada deve acontecer de forma permanente e todas as atividades dos professores dentro e até mesmo fora do espaço escolar a ela fazem parte. Segundo a autora a formação continuada “tem como objetivo levar o profissional a sanar dificuldades e deficiências diagnosticadas na

sua prática social ou o aperfeiçoamento e o enriquecimento da competência profissional (PAULA, 2009, p. 67)”.

Portanto, corroborando as essas concepções, podemos entender a formação continuada como uma formação permanente, que está presente não apenas em cursos periódicos, mas que faz parte do dia-a-dia dos professores, ou ampliando esse conceito, dos profissionais da Educação. Que leve em conta as necessidades desses profissionais e que busque melhor realidade para o ambiente escolar e para o processo de ensino-aprendizagem. Que tenha a participação ativa e reflexiva do professor/profissionais da Educação, que deve buscar sanar as dificuldades e deficiências da sua prática, mas que também valorize os seus conhecimentos e experiências. Que haja uma interação mútua entre os profissionais da escola, principalmente entre o conjunto dos professores, sendo esta uma formação coletiva.

Segundo Raposo e Maciel (2005, p. 311), o trabalho em equipe ou a interação entre os profissionais atuantes na escola são essenciais para que aconteçam debates e reflexões.

Elas [as equipes de trabalho] que irão consolidar sistemas de ação coletiva no seio do professorado, o que exigirá a construção de uma cultura de cooperação muito maior do que adesões ou ações individuais (RAPOSO; MACIEL, 2005, p. 311).

Ou seja, a formação continuada propiciando uma maior interação entre os profissionais da Educação criará um ambiente de ampla cooperação e harmônico, influenciando em evoluções profissionais mútuas, além da superação facilitada de diversas barreiras, com a resolução partilhada.

2.3 Formação continuada no Brasil

A formação continuada é um tema de grande importância quando tratamos de temas relacionados à qualidade da educação. É bastante aceitável que a existência e o exercício dessa formação apresente impactos positivos nas práticas educacionais. Pressupõem-se profissionais mais qualificados, atualizados e reflexivos sobre suas práticas em sala de aula.

Diante disso, trazemos aqui um breve contexto histórico da origem da formação continuada de professores no Brasil, a fim de destacar seu surgimento e como ela vem se desenvolvendo, assim como quais tendências a compõem. Utilizamos para maior fundamentação deste contexto, além da revisão bibliográfica, a descrição dos marcos legais que se mostram importantes quando se trata do desenvolvimento da formação continuada.

A demarcação histórica será realizada por décadas. Destacando-se o contexto em que se encontrava o país no que se refere à Educação e em relação a outros aspectos políticos. Em

relação à legislação daremos destaques a alguns marcos legais que julgamos mais relevantes. São eles: as LDBs 1961, 1971 e 1996 (Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961; Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 e; Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a Constituição Federal Brasileira de 1988 e o PNE 2014-2024 (Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014).

2.3.1 Demarcação histórica

As ações mais antigas relacionadas a uma formação continuada ou aperfeiçoamento de professores datam do início dos anos 60, sendo promovido Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, em colaboração com a direção dos Cursos de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Após os cursos foi realizado um estudo sobre o tema do aperfeiçoamento docente, realizando uma pesquisa com o uso de questionamentos com professores, com o objetivo de que fizessem uma avaliação destes cursos aplicados. Verificou-se que os docentes consideravam os cursos de aperfeiçoamento pouco satisfatórios, visto que não estavam direcionados as realidades das escolas, assim como os problemas enfrentados pelos professores (ALFERES; MAINARDES, 2011, p. 01).

Essa ação é consequência de esforços para o alcance de uma educação mais abrangente e com mais qualidade, que concomitantemente influenciasse nos altos níveis de analfabetismo que existia no Brasil na época.

Porém, já no adentrar da década de 60 ocorreu o Golpe de 64 e o início da Ditadura Militar, que influenciou muito negativamente no início de pesquisas e ações como essa. Onde segundo Alferes e Mainardes (2011, p. 01)

[...] nas últimas três décadas (60,70 e 80), no Brasil, podem ser evidenciados três momentos políticos: a ditadura militar, o movimento de democratização da sociedade e os movimentos de globalização da cultura e da economia. [...] esses momentos políticos influenciaram os processos de formação continuada de professores.

Diferentemente da década de 60, na década de 70 o movimento foi inverso, o governo militar exerceu uma grande influência positiva na expansão massiva da formação continuada. Foi diante do advento da modernização social e de processo de industrialização que se viu a necessidade de mão de obra qualificada para atender as demandas de trabalho (ALFERES; MAINARDES, 2011, p. 01). Portanto, mesmo tendo uma expansão significativa da formação continuada de professores nessa década, percebe-se que o princípio da educação era fixado na formação para o trabalho, que perdurou por muitos anos.

Houve uma grande ampliação dos números de vagas para a população iniciar e também concluir sua escolaridade, destacando aqui as oportunidades aos jovens e adultos. Porém, devido aos altos índices de reprovação, evasão e dificuldade de adaptação perante a entrada tardia, o fluxo era baixo e havia permanência dos alunos em séries e a limitada entrada de novos alunos. Simultaneamente a esse fato, aconteceu à redução do salário dos professores devido à alta da inflação entrelaçado aos níveis de repetência e evasão citados anteriormente (SOUZA; LIMA, 2017, p. 02).

Esses acontecimentos, juntamente com a abertura política, geraram grandes debates sobre a educação e a criação de Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAMs) já no início da década de 80. O Ministério da Educação (MEC) busca nesse momento artifícios que contribua com a formação de professores.

[...] com a conquista dos direitos políticos, iniciou-se uma etapa na história da educação brasileira marcada por uma participação mais efetiva dos professores nas questões da educação. Com isso, as análises realizadas não se restringiam apenas às questões técnicas, mas passaram a abordar o contexto sócio-histórico onde a formação do professor estava inserida. Naquele contexto, entendia-se a importância dos programas de formação continuada de professores como forma de responder às demandas mais específicas do professorado e garantir um aprendizado permanente, em que o perfil desejado do professor estivesse mais voltado para a dimensão política da prática docente (ALFERES; MAINARDES, 2011, p. 02).

Foi neste momento que se passou a ter uma preocupação com a participação dos professores nas questões educacionais. Perceber que o que pensa o professor é importante para as decisões no interior da escola. Além da participação docente nas decisões no âmbito educativo, também as questões locais, sociais e culturais passam a ser consideradas, no qual a formação continuada passa a ter um papel fundamental.

Contudo, mesmo com o advento das formações continuadas, os resultados educativos da década de 1980 não apresentam os efeitos positivos esperados. Sendo observado que essas formações oferecidas por órgãos do Estado aos professores da rede pública de ensino, no geral, não estavam fundada em uma política efetiva de formação e valorização docente, elas se mostraram descontínuas e, ainda, descontextualizadas (ALFERES; MAINARDES, 2011, p. 02).

Já na década de 90, com a expansão e desenvolvimento tecnológico assim como o advento da globalização, passa a ser exigido dos professores e de toda equipe escolar, meios adequados e melhores de lidar com as novas mudanças, sendo necessárias respostas para problemas gerados por essas novidades. Isso vai demandar estudos direcionados especificamente a esses acontecimentos e o posicionamento da Escola (ALFERES; MAINARDES, 2011, p. 03).

Essa é uma discussão que se faz presente nos dias atuais, onde percebemos que grande parte das equipes escolares clama por meios e condições para estarem sempre atualizada e acompanhando os avanços sociais e tecnológicos. A formação continuada foi na década de 90 uma opção usada de maneira significativa e é, atualmente, uma das principais ferramentas para subsidiar a equipe escolar perante as novas tecnologias.

Neste contexto, de uma visão de formação continuada como atualização dos conhecimentos do professorado, para atender novas demandas tecnológicas, surge também discursões e apontamentos para que essa formação, assim como a formação inicial, seja realizada, também, pela a universidade (ALFERES; MAINARDES, 2011, p. 03).

Foi a partir da década de 90 que se passou a perceber mais intimamente a importância de um professor mais ativo e participativo nas questões educacionais, superando um papel quase sempre meramente funcional. (ALFERES; MAINARDES, 2011, p. 03). Porém, segundo Soares (2008 apud ALFERES; MAINARDES, 2011, p. 03), aconteceu concomitantemente a esse fato a precarização dos processos de trabalho e da formação dos professores, resultando em uma grande desvalorização dos mesmos, sendo que aqueles que atuam ou irão atuar em escola pública são os que mais sentem esses efeitos.

Portanto, o que podemos constatar é que, a partir da década de 90, tivemos um importante debate sobre o papel do professor. Teoricamente esse debate buscava superar a função técnica de apenas “transmitir conhecimento”. No entanto, as exigências de um professor mais ativo, mais atuante no interior da escola e da sociedade, não foram acompanhadas de uma política de formação inicial e continuada a altura da tarefa exigida.

2.3.2 Marcos legais

A abordagem sobre marcos legais no presente trabalho tem o intuito de melhor demarcar os avanços em relação à formação continuada legalmente. Ou seja, buscamos verificar o processo regulatório desse tipo de formação no Brasil, antes e após a Constituição Federal de 1988.

Segundo Macedo (2013, p. 07)

- O marco legal representa a base sobre a qual uma instituição (ou um sistema de organizações) constrói e determina a natureza e o alcance de sua participação política e social.
- Sempre estão presentes no corpo de um marco legal um conjunto de provisões regulatórias e leis inter-relacionadas. Seu fundamento costuma ser a Constituição do país, desdobrada depois na legislação complementar e ordinária que inclui leis, decretos, códigos e regulamentos, dados a conhecer por distintas instâncias reguladoras que guardam estreitos vínculos com a matéria em questão.

- O marco legal fornece à autoridade competente as condições para que possa levar a cabo os encargos da administração, em conformidade com as finalidades e a estrutura que lhe foi prevista.
- Em muitos países (ou sistemas de organizações) os diferentes marcos legais transformaram-se em uma complexa combinação de estatutos e regulamentos legais, regras judiciais e práticas reais. Alguns desses marcos vêm se demonstrando adequados e outros, entretanto, apoiados em concepções desatualizadas e estatutos obsoletos ainda estão vigentes e produzindo seus efeitos negativos.

Ao tratarmos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) podemos destacar as três, promulgadas nos anos de 1961, 1971 e 1996 (Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961; Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 e; Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, respectivamente), que apresentam definições e orientações sobre a formação continuada.

Na LDB - 1961 (Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961) já podemos perceber uma preocupação com a formação continuada de professores, o que ressalta que esse tema não é algo novo. Nesta lei os termos utilizados referente à formação continuada são aperfeiçoamento e treinamento, pois como vimos no subtópico anterior esses termos e outros foram se desenvolvendo e se adequando ao contexto.

O aperfeiçoamento dos graduados (ou de professores em serviço) era papel parcial dos institutos de educação que deviam disponibilizar gratuitamente, além dos cursos de especialização e de administradores escolares. Vejamos:

Art. 55. Os institutos de educação além dos cursos de grau médio referidos no Artigo 53, ministrarão cursos de especialização, de administradores escolares e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escolas normais de grau colegial (BRASIL, 1961, p. 10).

Do mesmo modo no Artigo 67 ao tratar do ensino superior, afirma que o mesmo deve ter a cooperação de centros de treinamento profissional, que se refere a uma continuidade da carreira formativa dos profissionais docentes e demais profissionais da educação. Esta determinação é vista no Artigo 79 no que diz respeito às universidades.

Além da disponibilização dos cursos de aperfeiçoamento nos institutos federais de ensino, a União deveria cooperar financeiramente com estados e municípios para o aperfeiçoamento do magistério. No Artigo 95 (com complemento de sua Alínea b), temos o texto seguinte “a União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de: [...] b) assistência técnica, mediante convênio visando ao aperfeiçoamento do magistério à pesquisa pedagógica e à promoção de congressos e seminários (BRASIL, 1961, p. 17-18)”. O ato de a União disponibilizar recursos específicos para o aperfeiçoamento do magistério deixa clara a existência de tal preocupação em nível nacional.

No Artigo 93, que discorre sobre a aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino, é definido que esses recursos devem assegurar “a melhoria progressiva do ensino e o aperfeiçoamento dos serviços de educação” (BRASIL, 1961, p. 16). E logo em seguida, no Parágrafo 1º do mesmo Artigo, que se refere ao que é considerado despesas de ensino, entre estas, conforme a Alínea c), “as de aperfeiçoamento de professores, incentivo à pesquisa, e realização de congressos e conferências”(BRASIL, 1961, p. 16-17).

A LDB - 1971 (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971) que foi promulgada durante o Regime Militar (1964-1985) sofreu algumas mudanças referentes à nomenclatura das modalidades de ensino, do sistema de ensino universitário e também da formação continuada.

No Artigo 11 constatamos que os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, deveriam funcionar entre os períodos regulares de ensino para fazer, entre outras atividades, o aperfeiçoamento dos professores.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus funcionarão entre os períodos letivos regulares para, além de outras atividades, proporcionar estudos de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente e ministrar, em caráter intensivo, disciplinas, áreas de estudo e atividades planejadas com duração semestral, bem como desenvolver programas de aperfeiçoamento de professôres [sic passim] e realizar cursos especiais de natureza supletiva (BRASIL, 1971, s.p).

Notamos então, que durante o Regime Militar a disponibilidade dos cursos de formação continuada, teoricamente, passa a ser constituída como papel das unidades escolares de ensino. Ressaltamos ainda que no restante do corpo da referida lei não há referências a um regime de colaboração com o Ensino Superior.

Diferentemente da lei anterior (LDB - 1961), nesta percebemos um tratamento menos ativo do Estado sobre a formação dos professores de forma continuada. Sendo que ao mesmo tempo em que estimula a sua apropriação, como no Artigo 38 que diz que “os sistemas de ensino estimularão, mediante planejamento apropriado, o aperfeiçoamento e atualização constantes dos seus professôres e especialistas de Educação (BRASIL, 1971, s.p)”, não garante os subsídios, pois em nenhum outro momento do texto é citado recursos destinados a esses cursos.

Porém, há um aspecto a se destacar na LDB - 1971. Mostra-se, de certo modo, muito positiva, na medida em que relaciona a prática dos cursos de formação continuada pelos professores a um peso de acréscimo no salário, como podemos observar no Artigo 39:

Os sistemas de ensino devem fixar a remuneração dos professores e especialistas de ensino de 1º e 2º graus, tendo em vista a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento ou especialização, sem distinção de graus escolares em que atuem (BRASIL, 1971, s.p).

Consideramos a relação entre a formação e a remuneração algo importante e necessário para a motivação dos professores no constante aperfeiçoamento. Sendo uma preocupação no momento em que isso não é assumido, na sua totalidade, como uma política de Estado. Quando deixado inteiramente na responsabilidade das redes estaduais e municipais, são escassas as possibilidades de realização.

No texto da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB 1996), já em cumprimento a Constituição de 1988, notamos uma manifestação mais presente e delimitada em relação à formação continuada. No Artigo 62-A em seu Parágrafo único:

Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput (trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim), no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 1996, p. 26).

Sendo assim, a formação continuada é garantida por lei e pode ser realizada não apenas no local de trabalho, mas também em outras instituições de ensino superior ou básica. Os cursos também são variados, sendo que cada público necessita de cursos específicos ou de um nível de graduação/continuação específica.

No Artigo 62 em seu Parágrafo primeiro temos que a formação continuada, assim como a formação inicial e a capacitação dos profissionais do magistério deve ser realizados em regime de colaboração entre a União, o Distrito Federal e os municípios (BRASIL, 1996, p. 25). Entretanto, esse chamado regime de colaboração, de um lado é positivo porque não exime nenhum ente federado da responsabilidade, de outro, mantém uma realidade confusa porque não se define claramente como deve acontecer essa colaboração, pois não apresenta quais as responsabilidades de cada ente.

Existem dois aspectos ainda muito presentes nesta lei no que diz respeito à forma e local de realização da formação continuada, são eles a Educação Superior e a Educação à Distância.

O Artigo 63 juntamente com seus três incisos (I, II, III) descreve que os institutos superiores de educação devem manter cursos formadores de profissionais para a EB, programas de formação pedagógica e também programas de educação continuada para os

profissionais de educação dos diversos níveis. Sendo assim, as universidades e institutos são vistos como responsáveis tanto da formação inicial, como também, parcialmente, pela formação continuada (BRASIL, 1996, p. 26).

Essa perspectiva de envolver a universidade com as atividades de formação continuada vai de encontro com o regime de colaboração já apontado anteriormente, onde há a possibilidade de um diálogo entre universidade/institutos e escola e até mesmo com a comunidade.

Já a Educação à Distância - EaD aparece como uma possibilidade de uso e até mesmo uma “solução” de alguns impedimentos para a ocorrência dos cursos. No Artigo 62 em seu Parágrafo 2º, encontramos que “a formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação à distância (BRASIL, 1996, p. 25)”, tornando assim uma possibilidade à execução de, por exemplo, cursos de formação continuada inteiramente por vias virtuais, ou seja, à distância.

Também deixa clara essa possibilidade de EaD no Artigo 80 da referida LDB, ressaltando que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada (BRASIL, 1996, p. 29)”, ou seja, deve ser incentivada a utilização da EaD para a execução de cursos de formação.

Podemos perceber, no entanto que as possibilidades de cursos ou disponibilidade de materiais para formação docente, via EaD se mostra bem efetiva no sistema de ensino atual, mas no que se refere a sua eficácia ainda é bastante questionada.

Em suma, as LDBs, desde sua primeira versão, têm expressas a preocupação com a formação continuada, na qual vemos pontos positivos no tratamento da mesma nas três versões, sendo que nota-se como ela veio a se desenvolver até a década de 90.

Outro marco histórico e legal referente à formação continuada são os Planos Nacionais de Educação, elaborados e aprovados a partir da Constituição de 1988, dispendo vigência de 10 anos com força de lei. O PNE-2014-2024 (Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014), em vigência, foi sancionada em 2014 e traz 20 metas a serem alcançadas e desenvolvidas em todo o território nacional.

Neste documento há uma meta que trata exclusivamente da formação continuada dos profissionais da EB. Na Meta 16 constatamos a busca de maior efetividade dos cursos de formação continuada e de formação em cursos de pós-graduação. Vejamos o texto da meta:

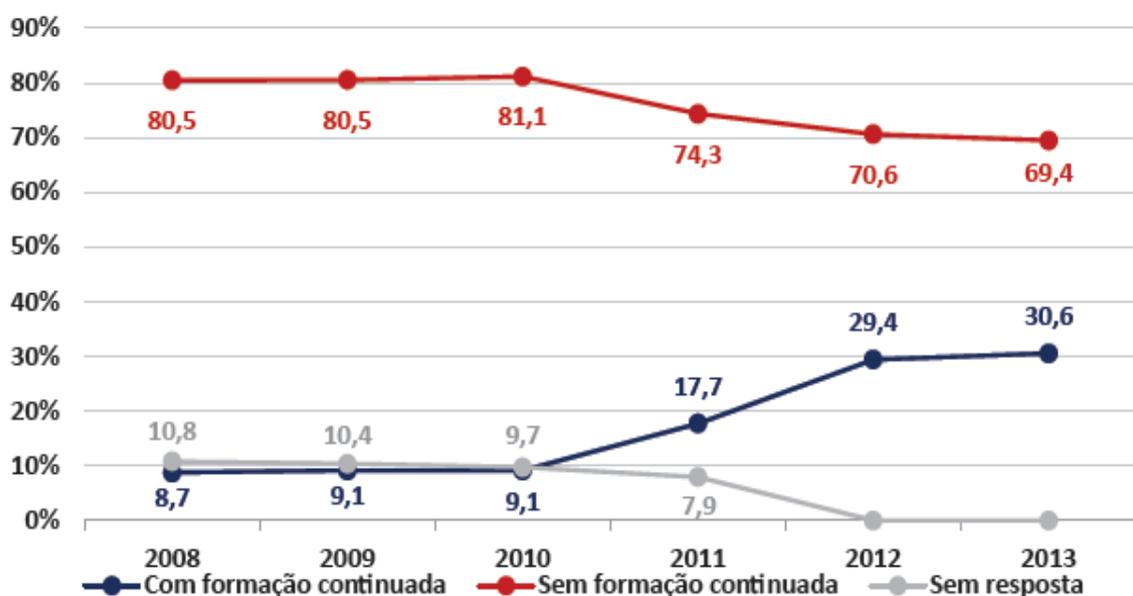
Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste pne, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014, p. 275).

Percebemos que é uma proposta muito ousada sabendo a realidade educacional nos últimos anos, mas que se torna positiva no que diz respeito ao tratamento da formação continuada enquanto tema muito importante para o desenvolvimento do sistema de ensino. Atentemos ao uso do termo “formação continuada” em substituição a “aperfeiçoamento” e “treinamento” reflexo de maior debate do tema e de uma visão mais ampliada, que incide diretamente sobre o termo utilizado.

Outro aspecto positivo é que esta meta busca uma formação continuada que considere as necessidades de seu público, das redes de ensino nos estados e municípios. Sendo necessário, portanto, um diagnóstico, pesquisa ou reunião geral para traçar os direcionamentos e a organização que esta deverá seguir.

Sobre a execução da Meta 16, nos é apresentado no Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024: Linha de Base, uma pesquisa realizada pelo INEP que demonstram os percentuais relativos à formação continuada e pós-graduação, destacando porcentagens de realizações em todo território nacional (BRASIL, 2014, p. 275-286).

Gráfico 1: Percentual de professores da Educação Básica que realizaram cursos de Formação Continuada entre os anos de 2008 e 2013 – Brasil.



Fonte: PNE: Linha de Base (2014-2024)

Destacamos a importância dessa pesquisa e de sua divulgação como fonte de informações tão necessárias para tomada de decisões. Este demonstra como vem sendo a evolução da participação dos professores, podemos perceber que a partir de 2011 a participação passou a ser mais efetiva, somando um aumento de 8,6% se comparado aos dois últimos anos (2009 e 2010), e ainda, superando a marca de 30% no ano de 2013. Entretanto, o público de professores sem formação continuada se mostrava, ainda, muito grande.

A presença da formação continuada nos documentos legais enfatiza uma preocupação social e educacional com o tema. Ela carrega em si influência do contexto social e temporal em que se encontra e ressalva as necessidades da sociedade, sejam elas impostas ou não. Os documentos legais são importantes, pois estabelecem ações garantidas por leis.

A formação continuada ganhou bastante espaço durante as últimas duas décadas e os marcos legais demonstram um grande desenvolvimento teoria e prática, porém ainda há um grande percurso até se estruturar como uma política efetiva nacionalmente.

2.4 Limites e possibilidades diante das questões teóricas e práticas dos profissionais de Educação.

Sabemos da importância da formação continuada para a qualidade dos processos de ensino-aprendizagem e também para o desenvolvimento profissional e pessoal dos profissionais de Educação de todas as modalidades, porém devemos ainda pensar quais as possibilidades e limites que cercam a mesma.

Sendo a formação continuada destinada aos profissionais da Educação, devemos analisar as suas participações ou não, assim como o que pode trazê-los a não se interessarem por esse tipo de formação. Mas também saber a importância de formações continuadas, o que essas podem oferecer de melhor para o sistema de ensino ou aos professores.

O que constatamos atualmente no sistema educacional brasileiro, são profissionais totalmente sobrecarregados e vivendo uma desvalorização que já se impera há muitos anos, o que influi em uma visão negativa das profissões ligadas à Educação até mesmo pelos próprios profissionais. Segundo Lantheaume (2012, p. 371)

Os professores se sentem hoje coletivamente rebaixados, “menores” do que eram, e, individualmente, uma dificuldade profissional não superada deixa-lhes a impressão de perderem a própria dignidade. Essa dignidade social e simbólica é constituída pelo sentimento de exercer um ofício que tem valor e é útil à sociedade, pela consciência de se inscrever em uma história e de participar dela, de ser reconhecido como qualificado e competente, de possuir a autonomia, exigida pela responsabilidade.

A desvalorização docente é algo muito visível e suas consequências são terríveis na vida dos professores, demais profissionais e no sistema de ensino por inteiro. Os professores se sentem incapazes de exercer sua função e acabam abrindo mão de sua autonomia, chegando ao ponto de os próprios considerarem mais eficaz receberem “receitas” prontas de como ensinar do que se submeterem a um processo de reflexão sobre a prática (EITZ, 2008, p. 57). Segundo Eitz (2008, p. 57), “sem auto-estima não se busca a formação e, sem formação continuada, a docência estará comprometida”.

Concomitantemente a isso, constata-se que os cursos de formação continuada são, muitas vezes, ofertados em localidades fora da escola, que segundo Candau (1996 apud RODRIGUES, 2004, p. 04) deve ser o *lócus* dessa formação, e em horários e datas que não são agradáveis aos professores, geralmente final de semana ou à noite. Além disso, esses cursos, em sua maioria, não levam em consideração os conhecimentos e experiências dos professores e muito menos a articulação com o ambiente escolar que deveria acontecer (ARAÚJO; REIS, 2014, p. 07).

Segundo Gatti (2003, p. 196)

É preciso ver os professores não como seres abstratos, ou essencialmente intelectuais, mas, como seres essencialmente sociais, com suas identidades pessoais e profissionais, imersos numa vida grupal na qual partilham uma cultura, derivando seus conhecimentos, valores e atitudes dessas relações, com base nas representações constituídas nesse processo que é, ao mesmo tempo, social e intersubjetivo.

Perceber que o professor está inserido em meio à sociedade, a cultura, aos problemas sociais e etc., e que durante a execução de sua função profissional acontece uma articulação dos seus conhecimentos derivados da experiência, da cultura, do meio em que vive e conhecimentos derivados de sua formação ou formações. É exatamente essa articulação que deve ser considerada nos cursos de formação continuada e não apenas conhecimentos técnicos que, muitas vezes, se mostram totalmente descontextualizados.

Segundo Flóride e Steinle (2013, p. 04) a formação continuada do professor é a alternativa possível para a melhoria da qualidade do ensino, sendo que de acordo com as autoras “[...] a formação continuada constitui-se em uma tentativa de resgatar a figura do professor, que está carente de respeito, devido a sua profissão, tão desgastada atualmente (FLÓRIDE; STEINLE, p. 04)”.

Outro aspecto que limita a efetividade da formação continuada é a descontinuidades das políticas referentes à mesma. Não existe uma política efetiva coligada ao sistema de ensino que trate especificamente da formação continuada, o que temos são políticas em constante mutação, onde ocorrem suspensões rotineiras de projetos sem ao menos notificar os

participantes, assim como inúmeras modificações em projetos (RHEINHEIMER, 2007, p. 09). Muitas vezes, essa descontinuidade das políticas ligadas à formação continuada está ligada às tendências governamentais que também se mostram bastantes descontínuas. Porém, a efetivação dos PNEs busca sanar de maneira concreta esse problema.

Destacando aspectos definidos por Fusani (1998 apud RHEINHEIMER, 2007, p. 12), temos que para a prática eficaz da formação continuada deve-se considerar que:

- a) Faz-se necessário que a jornada de trabalho dos professores inclua o tempo para a docência (aulas), em atividades pedagógicas (reuniões, horas-atividade) e em atividades de formação contínuas coletivas e em serviço na própria escola e também fora dela.
- b) A organização de um projeto coletivo de formação contínua na própria escola possibilita que, em alguns momentos, toda a comunidade escolar possa se reunir para repensar o trabalho em desenvolvimento na instituição para, então, gerar subprojetos a serem implementados ao longo do ano, tais como grupos de estudo e ciclos de palestras.
- c) É necessário promover um processo de formação articulado dentro e fora da escola, visto que a participação dos professores em espaços diversificados de formação pode fazer com que se tome distância do próprio trabalho, percebendo-o sob a ótica de outras leituras, promovendo a avaliação das suas atividades e dos colegas.
- d) Os diretores e coordenadores pedagógicos necessitam considerar a formação contínua como condição para o desenvolvimento profissional dos professores; a gestão escolar precisa garantir tempo e oportunidade para que os professores possam desenvolver uma postura reflexiva sobre sua ação, de modo que a formação contínua se concretize como algo intrínseco à rotina escolar; a melhoria das condições de trabalho e de formação constitui um binômio fundamental para a consolidação do projeto pedagógico de uma escola compromissada com a formação crítica e cidadã dos alunos.
- e) A formação contínua depende das condições de trabalho dos professores, mas também do posicionamento assumido por estes em relação ao seu desenvolvimento profissional. Isto porque a formação contínua não pode ser uma atribuição de responsabilidade exclusiva do Estado, pois cada professor é responsável por seu desenvolvimento pessoal e profissional, cabendo-lhe a direção, percepção e decisão do caminho que vai percorrer.
- f) Uma política de formação contínua concretizada em um programa constituído por diferentes projetos desenvolvidos pela Secretaria de Educação e escolas precisa analisar com os professores o que é obrigatório e o que é facultativo, uma vez que a participação em algumas atividades de formação em serviço pode ser obrigatória, desde que articulada ao desenvolvimento do projeto pedagógico das escolas.

Sendo assim, a formação continuada deve considerar tanto, aspectos do professorado, do ambiente e rotina escolar, quanto uma política fixa de formação que garanta a continuidade deste processo. E também, ser articulada com o trabalho do professor no seu local de trabalho, evidenciando as suas especificidades.

Neste sentido, a importância da formação continuada se encontra no desenvolvimento da carreira docente e na busca de práticas de atuação sempre melhores. Na formação continuada “é importante que o professor reflita sobre a sua experiência profissional, a sua ação educativa, o seu mecanismo de ação, que reflita sobre os fundamentos que o levam a agir (ELTZ, 2008, p. 60-61)”.

Gatti (2003, p. 196) ao pesquisar e analisar como é desenvolvido o Programa de Formação de Professores em Exercício – Proformação, desenvolvido pelo Ministério da Educação - MEC, constata que após o término do curso há vários pontos positivos destacado nas visitas nas escolas em que atuam os participantes do programa. Segundo a autora aconteceram

mudanças positivas na prática pedagógica dos professores-cursistas, em vários aspectos, como por exemplo, no planejamento e na preparação das atividades docentes, na organização do espaço da sala de aula e no uso de material concreto e outros recursos, na interação professor-aluno, na articulação do conteúdo com as experiências culturais dos seus alunos (GATTI, 2003, p. 196).

Ainda, por ser a formação continuada também um processo onde o professor vai construir seu perfil de docente, se torna extremamente necessária para o desenvolvimento profissional dos docentes.

Uma possibilidade muito pertinente para um melhor aproveitamento das formações continuada e, cada vez mais, uma educação de qualidade, é a oferta e participação de todos os profissionais da educação nas formações, pois o processo de ensino não se faz sozinho e sim com um coletivo de profissionais que atuam em diversas áreas imprescindíveis para um bom funcionamento escolar.

Observamos que a nas revisões bibliográficas e em documentos legais (LDBs 61 e 71) indicação da formação continuada apenas os professores, como podemos notar nas expressões “formação continuada de professores”, “aperfeiçoamento de professores” e outros. Nas últimas décadas esse panorama passou a mudar, como notamos na LDB – 1996 e no PNE 2014-2024, onde a formação continuada passa a ser destinadas aos “profissionais da Educação”.

Notamos haver uma definição na LDB – 1996, atualmente em vigor, sobre quem são os profissionais da Educação Básica. No Art. 61 consideram-se profissionais da Educação Básica:

I - professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009);

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009);

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009);

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017);

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 1996, pp. 24-25).

Ou seja, não são apenas os professores, mas também os profissionais envolvidos na administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, compreendemos como: inspetores, secretários, supervisores, coordenadores pedagógicos, diretores e etc.

3 A FORMAÇÃO CONTINUADA NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - PMES - DE TOCANTINÓPOLIS, NAZARÉ E SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS

Neste terceiro capítulo é abordada a inserção da formação continuada nos Planos Municipais de Educação, especificamente nas cidades de Nazaré - TO, Tocantinópolis - TO e Santa Terezinha do Tocantins - TO e o PEE do Tocantins. Tratamos sobre as especificidades de cada um dos planos e as metas e estratégias que giram em torno da formação continuada, bem como os temas propostos a fazerem parte das ações.

Para tratarmos da formação continuada nos planos subnacionais de educação faz-se necessário antes esclarecer o que são os mesmos a fim de situar a ênfase da pesquisa realizada.

Compreendemos que o PNE é um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras de educação, suas metas descrevem um caminho para que os entes federados e a sociedade civil orientem seus esforços para construir um sistema educacional efetivo, garantindo a todos os cidadãos o direito à educação, em sua integralidade. De maneira mais abrangente, um plano de educação deve promover os direitos humanos, garantindo a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania, e assim, promovendo a qualidade de vida das pessoas. (BRASIL, 2015).

O PNE (2014-2024) foi estabelecido pela Lei Nº 13.005 e sancionado em 26 de junho de 2014, tendo passado quatro anos em tramitação no Congresso Nacional, marcados por um processo muito forte de lutas e disputas por parte da sociedade por uma abertura para uma maior participação social nesse processo. Lutas estas que trouxeram grandes avanços visto

que este plano foi realmente marcado por uma grande participação da sociedade, trabalhadores da Educação, realização de conferências e etc.

Este plano tem intuito de aumentar a qualidade da educação sendo que para isso determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional em um período de 10 anos (2014-2024). Determinou também o monitoramento das ações educativas desenvolvidas durante esse período com o propósito de acompanhar o vencimento ou não das metas no tempo estabelecido.

Além disso, o PNE exigia em seu texto de Lei (Art. 08) que estados, Distrito Federal e municípios elaborassem seus planos de educação correspondendo ou adequado a PNE no prazo de um ano a partir da aprovação do PNE como lei (BRASIL, 2014b).

O PEE 2015-2025 do estado do Tocantins foi estabelecido pela Lei Estadual Nº 2.977, sancionada em 08 de julho de 2015, um pouco além do prazo estipulado pela lei do PNE. Este plano estadual foi construído com a participação de diversos atores locais e possui 24 metas.

Dentre os PMEs analisados e citados a seguir nenhum extrapolou o prazo estipulado pela Lei do PNE. O PME de Tocantinópolis teve origem na Lei Municipal nº 963, sancionada em 19 de junho de 2015 e possui 22 metas. Santa Terezinha do Tocantins teve seu PME sancionado também em 19 de junho de 2015 pela Lei Municipal nº 250, contendo 20 metas. Já o município de Nazaré sancionou seu PME em 22 de junho de 2015, estabelecido pela Lei Municipal nº 710 e contendo 12 metas.

Estes planos, tanto o estadual como municipais, devem relacionar-se com as diretrizes, metas e estratégias contidas no PNE 2014-2024 adequando-se às necessidades e realidade de cada localidade. Abrangendo também um período de dez anos.

Portanto, os planos subnacionais de Educação (e seu cumprimento) são de extrema importância para o alcance das metas do PNE no período estabelecido.

3.1 Coerências, especificidades e divergências em relação à formação continuada nos planos analisados.

Como dito anteriormente os planos subnacionais de educação precisam seguir o PNE em seus elementos estruturais, contendo diretrizes, metas e estratégias em consonância. Esse aspecto também se aplica parcialmente na organização dos mesmos itens citados acima, sendo que estas já seguem uma estrutura lógica de organização.

Portanto, neste subtítulo buscamos analisar se há coerência, divergências ou complementações no que diz respeito às metas dos planos municipais e estadual em vista ao PNE.

Analisamos as proposições relativas à meta 16 do PNE, que trata da pós-graduação e da formação continuada, nos planos municipais dos municípios já destacados e estadual em questão para uma visão sobre articulação entre os entes. Numa comparação geral observamos que há algumas diferenças no que se refere à apresentação e organização do texto.

Começando pela organização ou numeração da meta que trata da formação continuada. Nesse caso observamos que em dois dos PMEs ela ocupa a mesma posição dentre as metas do PNE (16^a), são estes, os PMEs de Tocantinópolis e de Santa Teresinha do Tocantins. Porém, no PME de Nazaré esta meta é situada na 12^a posição, ou seja, meta 12.

Também no Plano Estadual de Educação - PEE do estado do Tocantins há uma peculiaridade, a meta equivalente à meta 16 do PNE, que trata da formação continuada e pós-graduação, é encontrada na meta 20, sendo que, diferentemente do PNE, o PEE do Tocantins contém 22 metas.

Compreendemos que tais modificações são compreensíveis, visto que o Caderno de Orientações disponibilizado pelo MEC (BRASIL, 2014a) – ressalta que para os municípios construir seus planos, deveriam, se necessário, fazer adequações de acordo o diagnóstico realizado no município, prescrição essa que podemos direcionar também aos PEEs.

Quando analisamos a descrição da referida meta nos planos em estudo, observamos que três deles realizaram alterações no texto da meta. Sendo que os municípios de Santa Teresinha do Tocantins e Nazaré, fizeram pequenas alterações, hora adicionando, hora suprimindo partes do texto e, o estado do Tocantins, construiu uma redação totalmente nova para descrever a meta sobre formação continuada no estado. Já no PME de Tocantinópolis a meta permaneceu inalterada, tal qual a meta nacional.

Descrevemos no quadro abaixo o texto das metas que tratam da formação continuada e pós-graduação referente aos planos analisados. Apresentamos em destaque para melhor visualização dos aspectos descritos anteriormente e comparação.

Quadro 1: Análise de semelhanças e diferenças na descrição da meta sobre formação continuada. PNE, PMEs e PEE do estado do Tocantins (continua).

PLANOS	FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO	TEXTO	ALTERAÇÃO
PNE – BRASIL (2014-2024)	META 16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	-
PEE – TOCANTINS (2014-2024)	META 20	Instituir, no primeiro ano de vigência deste PEE/TO, programa de formação continuada para profissionais da educação básica, sob o gerenciamento do Estado, extensivo aos municípios, com a finalidade de sistematizar cursos demandados e ofertados, seja de iniciativa própria ou adesões a programas do MEC, estabelecendo monitoramento sistemático.	Total
PME – TOCANTINÓPOLIS (2014-2024)	META 16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	Não houve
PME – NAZARÉ (2014-2024)	META 12	Garantir em parceria com governos Federal, Estadual, Universidades e Diretoria Regional de Ensino, acesso, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	Adicionado - “Garantir em parceria com governos Federal, Estadual, Universidades e Diretoria Regional de Ensino, acesso”.
PME – SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS (2014-2024)	META 16	Garantir em parceria com o Estado e a União a formação continuada a todos (as) os (as) profissionais da educação básica em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	Adicionado - “em parceria com o Estado e a União”. Suprimido - “Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME”.

Fonte: Elaboração própria (2020), com dados dos PMEs, PEE e PNE.

No PNE 2014-2024 constatamos que a meta 16 propõe formar 50% dos professores da EB em nível de pós-graduação até 2024, último ano de vigência do plano, assim como, garantir que os todos os profissionais tenham acesso e participação de formação continuada, tendo em vista a formação dos profissionais e a realidade em que os mesmos estão inseridos.

Observando o Quadro 1 observamos que no município de Tocantinópolis não houve modificação da meta 16 em relação ao PNE, optando apenas por manter a meta idêntica a encontrada no PNE, fazendo adendos apenas nas suas estratégias, posteriormente analisadas.

Já no caso do PEE do Tocantins há uma total alteração da meta que passa a ser específica para formação continuada e a adequação de seu texto para o que é de realidade do estado, considerando seu diagnóstico realizado. O que propõe a meta é um programa de

gerenciamento da formação continuada dos professores em todo o estado (TOCANTINS, 2015, p. 39).

No PEE do Tocantins a meta que faz menção a pós-graduação é a de número 18 e objetiva “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 70 (setenta) mestres e 40 (quarenta) doutores(as) (TOCANTINS, 2015, p. 36)”.

No caso de Nazaré notamos que as modificações se restringem a especificar quais parcerias buscará para promover a pós-graduação e formação continuada para seus professores, tornando assim evidente a dependência de um regime de colaboração destacado em diversos momentos no PME.

Em Santa Terezinha do Tocantins as modificações foram mais visíveis, sendo que logo a princípio já é observado o tamanho reduzido na meta (em quantidade de palavras). O foco da meta torna-se apenas a formação continuada para os profissionais da EB do município. A parte que na meta do PNE trata da pós-graduação, neste plano, apresenta-se em outra meta, assim como no PEE destacado anteriormente.

No caso do PME de Santa Terezinha do Tocantins a meta 13 traz o seguinte texto: “Contribuir para a formação, em nível de pós-graduação *latu senso* (especialização), de 50% dos professores da rede municipal de Santa Terezinha do Tocantins (SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS, 2015, p. 62)”. Evidentemente, seguida por suas estratégias.

Além disto, a meta 16 do PME de Santa Terezinha do Tocantins, assim como em Nazaré, evidencia o regime de colaboração entre os entes e federação.

3.1.1 Especificidades das estratégias de cada ente federado quanto à formação continuada

Quanto às estratégias da meta aqui tratada podemos observar uma grande diferença em número e grande diversidade em pretensões. O PNE (2014) dispõe de seis estratégias sendo que destas, quatro são direcionada inteiramente a formação continuada. Compreendem-se as estratégias nos planos municipais, devem ter um alinhamento com as metas do PNE e ao mesmo tempo podem e devem garantir suas especificidades.

A seguir, analisamos individualmente cada estratégia dos planos em estudo, nos limitando ao tratamento dado, especificamente, à formação continuada (separando-a de pós-graduações) ou que a ela também abrange.

No Plano Estadual de Educação do Tocantins o tratamento da formação continuada é mais volumoso, são 17 estratégias muito bem realistas e significativas. A seguir temos a síntese das estratégias:

- 20.1 - Identificar junto aos demandantes (estadual/municipais), vagas de formação continuada para os profissionais da educação [...];
- 20.2 - sistematizar e promover, em articulação com as instituições públicas de ensino superior, a oferta da formação continuada, atendendo, no primeiro ano de vigência deste PEE/TO, todas as etapas e modalidades da educação básica e áreas de conhecimento [...];
- 20.3 - acompanhar, analisar e avaliar sistematicamente os resultados de oferta de cursos de aperfeiçoamento, extensão e especialização [...];
- 20.4 - estabelecer estudos e pesquisas, em parceria com instituições pública de ensino superior, para analisar a qualidade dos cursos de formação continuada ofertados, tendo por finalidade nortear políticas públicas, que vise à melhoria da prática pedagógica e científica [sic] e dos índices de desempenho da educação básica [...];
- 20.5 - ampliar e garantir, a partir da implantação deste PEE/TO, o atendimento a programas de formação em gestão educacional e áreas afins [...];
- 20.6 - implementar, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, e alimentar, sistematicamente o banco de dados e informações de cursos ofertados/realizados de formação continuada, assegurando investimentos em cursos de iniciativa própria [...];
- 20.10 - promover e executar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, políticas e programas de formação continuada de professores(as) e demais profissionais da educação que atuam nas escolas quilombolas, indígenas, do campo e para aqueles que atuam em escolas regulares e recebem alunos(as) oriundos destas [sic] comunidades e alunos(as) com Deficiências Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, respeitando a legislação vigente;
- 20.11 - garantir, a partir da aprovação deste PEE/TO, programa de capacitação de formador/tutor, presencial e a distância, com certificação e evolução na carreira, para profissionais efetivos, de nível superior, que se enquadre nos critérios específicos de cada formação proposta;
- 20.12 - implementar, disseminar e fortalecer a base de dados para suportar demanda de acesso ao portal educacional da Seduc/TO, como rede colaborativa de aprendizagem, visando integração e interação multidirecional entre todas as escolas do sistema estadual de ensino [...];
- 20.13 - fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos [...];
- 20.14 - garantir, até o terceiro ano de vigência deste PEE/TO, a formação continuada dos profissionais das escolas públicas estaduais, nas diferentes áreas de atendimento aos(as) alunos(as), com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação [...]em parcerias com as instituições públicas de ensino superior;
- 20.15 - garantir material pedagógico, para a formação continuada presencial e a distância, que atenda as demandas e especificidades de cada etapa e modalidade da educação básica, tendo como base o referencial curricular;
- 20.16 - ofertar formação continuada, em parceria com Secretaria da Cultura e Secretaria de Esportes, a partir do primeiro ano deste PEE/TO, para os (as) professores (as) das escolas em tempo integral e jornada ampliada, que atuam na área diversificada do currículo e disciplinas de Arte e Educação Física, de acordo com a demanda e/ou interesse;
- 20.17 - promover e assegurar, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE/TO, a participação de todos (as) os (as) profissionais da educação básica [...] em programas de formação continuada presencial e/ou a distância, de aperfeiçoamento de novas técnicas e metodologias [...].

20.18 - assegurar, em regime de colaboração com a União, a formação continuada, aos profissionais da educação que atuam no ensino regular e na educação de jovens e adultos do sistema prisional e socioeducativo, conforme as diretrizes curriculares nacionais;

20.19 - garantir formação continuada aos profissionais da educação básica, presencial e a distância, para instrumentalizá-los sobre a dinâmica da educação para sustentabilidade socioambiental;

20.20 - garantir e desenvolver, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE/TO, programa estadual de formação continuada, em especialização lato sensu presencial e a distância, para os profissionais da educação, sobre direitos humanos, diversidade e cidadania [...] (TOCANTINS, 2015, pp. 39-42).

Observamos uma grande preocupação com formação continuada no estado do Tocantins, enquanto teoria, enquanto plano, pois este se mostra bem amplo e abrangente a muitas áreas importantes da Educação.

As primeiras quatro estratégias, assim como as 6^a (20.1; 20.2; 20.3; 20.4 e; 20.6) podem ser pensadas em parceria ou em prol dos municípios que fazer parte do estado. Nestas identificamos uma demanda em encontrar e estudar instituições que ofertam vagas de formações continuadas de professores da EB. Posteriormente a isso, programa-se criar uma base de dados com todos os cursos de formação continuada, sendo estes analisados por critérios próprios a fim de classificá-los.

Além disto, nestas primeiras estratégias (especificamente a estratégia 20.2) é destacado o esforço em buscar parceria com instituições de ensino superior para a oferta de formação continuada e para estabelecer estudo e pesquisas com finalidade de melhor investimento nestes cursos e melhor qualidade, parceria essa que é destacada diversas vezes no plano (estratégias 20.3; 20.4; 20.14 e; 20.20). São citadas outras parcerias também com a Secretaria da Cultura (estratégia 20.16) e Secretaria de Esportes (estratégia 20.16).

Grande parte das estratégias trata de temas e/ou abordagens específicas a serem trabalhadas e que são de importância para uma educação de qualidade. Os seguintes temas são abordados nesse plano: Gestão educacional e áreas afins (estratégia 20.5); Deficiências Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue e do ensino do Braille (estratégias 20.10 e; 20.14); Arte e Educação Física (estratégia 20.16); aperfeiçoamento de novas técnicas e metodologias (estratégia 20.17); ensino regular e na educação de jovens e adultos do sistema prisional e socioeducativo (estratégia 20.18); sustentabilidade socioambiental (estratégia 20.19) e; direitos humanos, diversidade e cidadania (estratégia 20.20).

Há também outras estratégias no plano estadual de educação que buscam garantir capacitação de tutores/formadores (estratégia 20.11); acesso a bens culturais pelo magistério público (estratégia 20.13) e; material pedagógico (estratégia 20.15).

Partindo para os Planos Municipais de Educação, observamos o município de Tocantinópolis apresenta o maior número de estratégias para a meta sobre formação continuada. São cinco estratégias, uma a menos se comparado ao PNE. A seguir em destaque as quatro estratégias, dentre as cinco, que tratam especificamente da formação continuada, sintetizadas:

16.1 - elaborar e executar um plano de formação continuada, para atender a demanda dos profissionais da rede municipal de ensino, em parceria com os profissionais da educação e a Universidade Federal do Tocantins (UFT);

16.2 - realizar, em regime de colaboração com o Estado, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e garantir a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e da União;

16.3 - garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, a expansão do acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille [...];

16.5 - fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas da rede municipal de ensino, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público (TOCANTINÓPOLIS, 2015, p. 32).

Sobre a primeira estratégia podemos destacar dois pontos importantíssimos em relação à formação continuada nos municípios. Primeiramente, é a elaboração de plano específico para a formação continuada no município e que a mesma tenha a participação dos profissionais da educação de todos os níveis. Ter um plano específico para formação continuada evidencia a preocupação do município para com esse aspecto formativo e, mais que isso, o entendimento desse tipo de formação como importante fator de uma Educação de qualidade.

Em segundo lugar, salientamos a importância de parcerias com as universidades. Nesta primeira estratégia vemos o destaque dado a Universidade Federal do Tocantins, universidade esta que possui câmpus na cidade, e que enfatiza a presença da mesma na sua composição educacional.

Acentuam-se também ações em regime de colaboração como a realização de planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e a garantia da respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior (estratégia 16.2) e a; expansão do acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e de dicionários e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille (estratégia 16.3). Esta última também muito semelhante à estratégia 16.3 do PNE.

A estratégia 16.5 do PME de Tocantinópolis é idêntica a 16.6 do PNE, apenas situando, em texto, enquanto referente à rede municipal e não nacional. Trata de ações referentes ao Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

No Plano Municipal de Educação de Nazaré já percebemos uma diminuição de estratégias na meta referente à formação continuada, são duas somadas a uma “sub-estratégia”. Seguimos a frente com estratégias descritas para melhor visualização:

12.2 - Garantir no prazo de 01 ano após a aprovação do PME, a criação e aprovação do PCCR (Plano de Cargos Carreira e Remuneração) – direitos dos servidores da educação e este garantirá 1/3 de hora atividades destinada para estudos e pesquisas, visando garantir a qualidade na educação- IDEB.

12.2.1 - Garantir que o Piso Municipal esteja sempre igual ou superior ao Piso Nacional da Educação (NAZARÉ, 2015, p. 65-66).

A primeira estratégia não fará parte desta discussão, pois trata diretamente a pós-graduação. Na segunda e última estratégia (12.2), assim como em seu texto integrado (12.2.1), é proposta a criação em um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), documento esse que conterá as diretrizes da formação continuada para esses profissionais de educação. Além disto, este plano tem em si a questão da remuneração destes profissionais, garantindo que o Piso Municipal esteja sempre igual ou superior ao Piso Nacional da Educação. No entanto, devemos ressaltar que esse destaque não tem necessariamente uma relação com a formação continuada. Sendo possível concluir que não há um comprometimento claro desse município com esse tipo de formação para o seu quadro de profissionais da EB.

No Plano Municipal de Educação de Santa Terezinha do Tocantins também notamos a quantidade de duas estratégias, as quais destacamos a seguir:

16.1 - realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado, do Distrito Federal e município;

16.2 - consolidar política nacional de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas (SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS, 2015, p. 61).

É importante destacar antes de tudo que ambas as estratégias contidas neste plano são idênticas em texto e em posicionamento as duas primeiras estratégias do PNE. A primeira acentua a ação em regime de colaboração para que aconteça um planejamento a fim de organizar e tornar equiparável a demanda de cursos de formação continuada e a oferta por parte das instituições públicas de ensino superior.

Já a segunda estratégia é um tanto desconecta com um PME, pois, por ser idêntica a do PNE, está adequada em texto para um âmbito nacional. Entendemos que se busca seguir a

política nacional de formação de professores da EB, mas, principalmente, na frase “definindo diretrizes nacionais”, vemos que está fugindo do domínio da esfera municipal.

3.2 Indicações sobre a realização da formação continuada e temas propostos nos três municípios e estado do Tocantins.

Se analisarmos os Planos Subnacionais de Educação para além da meta correspondente à formação continuada, considerando todos os seus conteúdos, percebemos que esse tema aparece, ora para suprir uma necessidade, ora para trabalhar temas interdisciplinares, etc.

Partindo desta constatação inicial, dedicamos este subtítulo a observar como cada município trata a aplicabilidade da formação continuada, no que tange a presença da mesma no desenvolvimento das outras metas, além de tratarmos de todos os temas propostos para a formação continuada nos PMEs dos municípios citados, destacando onde encontramos metas e estratégias.

A leitura do PEE do Tocantins revela que o termo formação continuada surge em vinte e cinco ocasiões em todo o documento. Não havendo nenhum outro termo usado para expressar ou nomear essa modalidade de formação. Primeiramente, aparece três vezes na meta 9, que é referente à Educação de Jovens e Adultos – EJA, em duas estratégias, 9.6 e 9.7. Em seguida, aparece também três vezes na estratégia 19.14 da meta 19, que trata da formação em nível superior dos professores. Na meta 20, vai surgir por quinze vezes, como já discutimos anteriormente, mas não fica por aqui. Aparece ainda duas vezes na meta 21 referente à valorização e condições de trabalho dos profissionais do magistério da EB da rede pública, nas estratégias 21.3 e 21.8 e na meta 22 (estratégia 22.9), relativa à gestão democrática da educação.

No PME de Tocantinópolis o termo formação continuada surge treze vezes, e é também o único termo no documento usado para essa formação. Na meta 1, que propõe a universalização da Educação Infantil, há uma aparição do termo na estratégia 1.7. Na meta 4, sobre alfabetização, identificamos três vezes o termo, nas estratégias 4.3, 4.7 e 4.8. Logo à frente, na meta 6, que busca universalizar o acesso à educação de pessoas com deficiência, temos mais dois usos do termo nas estratégias 6.2 e 6.20.

Nas metas 9 e 11 que, respectivamente, tratam de EJA e da implementação de diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos no currículo, temos duas aparições

do termo, nas estratégias 9.6 e 11.3. E assim chegamos à meta 16 aqui já aludida, nesta temos quatro repetições do termo. Já as metas 17, 18 e 20, que têm como temas a formação específica em nível superior, à qualidade da EB e a reestruturação do plano de carreira para os (as) profissionais da EB pública, respectivamente, tem aparição de um termo em cada, ocorrendo nas seguintes estratégias: 17.8; 18.4; 20.7.

Já no PME de Nazaré o termo formação continuada aparece por doze vezes, sendo que não há outro termo usado que expresse mesmo significado. Dentre as aparições oito delas são em metas e estratégias e 4 se encontram no terceiro capítulo, da contextualização do plano, com título: “Democratizando e valorizando o profissional: um bom investimento resulta em uma educação de qualidade”, mais especificamente no subtópico que trata sobre a valorização do profissional (NAZARÉ, 2015, p. 38).

Na meta 1 do referido plano, sobre a universalização do atendimento da Educação Infantil, há o uso do termo em uma duas sub-estratégias, 1.10.1 e 1.10.2. Logo em seguida, na meta 3, sobre alfabetização, aparece por uma vez na estratégia 3.5. Sobre a qualidade da EB, meta 7, temos um surgimento do termo (estratégia 7.1). Na meta 12 (equivalente à meta 16 do PNE), já tratada anteriormente, o termo aparece apenas uma vez na própria meta. Posteriormente, as últimas três vezes em que o termo é usado, identificamos na meta 17, referente à universalização o acesso à EB e ao atendimento educacional especializado das pessoas com deficiência, estratégias 17.3, 17.7 e 17.16.

No PME de Santa Terezinha do Tocantins constatamos o termo formação continuada por dezesseis vezes, sendo que duas não são em metas ou estratégias. Estas se situam nas descrições das modalidades de ensino que existem no município, na contextualização do plano.

Na primeira meta que propõe a universalização da Educação Infantil temos o uso do termo uma vez na estratégia 1.7, logo à frente na meta 3, que também trata da universalização do atendimento escolar, mas que agora para os jovens, a referência à formação continuada está na estratégia 3.3. Já na meta 4, sobre universalização do atendimento escolar para pessoas com deficiência, temos dois usos do termo formação continuada, nas metas 4.4 e 4.8. O mesmo acontece na meta 5, que aborda a alfabetização, que notamos a presença do termo nas estratégias 5.5 e 5.8.

Nas metas 10 e 14, que trata dos temas EJA e pós-graduação *stricto sensu*, respectivamente, a formação continuada aparece uma vez em cada uma, nas estratégias 10.7 e 14.1. Na meta 15 que trata da formação específica em nível superior dos professores, aparece

por três vezes, nas estratégias 15.5, 15.7 e 15.8. E na meta 16, que trata especificamente sobre esta modalidade, como já destacamos anteriormente, o termo é constatado por duas vezes. Por último, temos uma referência à formação continuada na estratégia 19.10 sobre gestão democrática da educação.

Partindo da quantidade de vezes que o termo formação continuada foi usado em cada plano, chegamos à média de dezessete vezes (17,25 exatamente) por plano, o que mostra que esse tipo de formação se faz bem presente nas proposições locais. Da mesma forma, observamos que se trata de uma ação relacionada a diversos temas. Aqui destacamos todos os temas que deverão ser abordados por meio da formação continuada segundo os planos analisados. São eles: alfabetização; novas tecnologias educacionais; práticas educacionais inovadoras; Ed. Inclusiva; qualificação; esporte e cultura; EJA; Ed. Infantil; Ed. Profissional; gestão democrática; direitos humanos, diversidade e cidadania; aperfeiçoamento de novas técnicas e metodologias; Arte; Educação Física; sustentabilidade socioambiental; atendimento educacional especializado e; práticas pedagógicas inovadoras.

Copilando todos os dados deste tópico formamos um quadro que facilita a comparação e visualização do que foi discutido. Vemos a seguir:

Quadro 2: Comparativo sobre as metas pertinentes a formação continuada, o número de estratégias, a utilização do termo “formação continuada” e os temas associados nos Plano Nacional e Subnacionais (continua).

PLANOS	META REFERENTE À FC	NÚMERO DE ESTRATÉGIAS (META REFERENTE À FC)	USO DO TERMO E “FORMAÇÃO CONTINUADA” (VEZES)	TEMAS QUE DEVERÃO SER TRATADOS PELA FC.
PNE - BRASIL	Meta 16	6	7	Ed. Infantil; Ed. Inclusiva e; EJA.
PEE - TOCANTINS	Meta 20	21	25	EJA; aperfeiçoamento de novas técnicas e metodologias; Arte e Educação Física; sustentabilidade socioambiental; atendimento educacional especializado; direitos humanos, diversidade e cidadania e; gestão democrática.
PME – TOCANTINÓPOLIS	Meta 16	5	13	Alfabetização; novas tecnologias educacionais; Práticas pedagógicas inovadoras; Ed. Profissional; Ed. Inclusiva; Direitos humanos, diversidade e cidadania.

Quadro 2: Comparativo sobre as metas pertinentes a formação continuada, o número de estratégias, a utilização do termo “formação continuada” e os temas associados nos Plano Nacional e Subnacionais (conclusão).

PME – SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	Meta 16	2	16	Ed. Infantil; esporte e cultura; Ed. Inclusiva; atendimento educacional especializado; alfabetização; Ed. Profissional e; gestão democrática da educação.
PME - NAZARÉ	Meta 12	2	12	Alfabetização; novas tecnologias educacionais; Práticas pedagógicas inovadoras e; Ed. Inclusiva.

Fonte: Elaboração própria (2020), com dados dos PMEs, PEE e PNE.

Ao final podemos ver que a formação continuada tem espaço nos planos analisados, está muito presente nas metas, não sendo destacado apenas na meta que lhe é específica. Isso, a princípio, pode representar uma maior preocupação com a qualidade do ensino e com o trabalho docente de forma geral, pois é evidente que a formação continuada dos profissionais da educação é um fator primordial para que esta seja de qualidade e que esteja sempre coerente com a realidade vivenciada. No entanto, ao mesmo tempo nos questionamos sobre se esse tipo de formação será capaz de atender toda essa expectativa. Da mesma maneira, nos questionamos sobre as garantias de tempo, espaço e condições aos profissionais para que essa formação aconteça em cada uma das realidades aqui descritas.

Além disso, percebemos que os PMEs analisados, mesmo sendo todos do estado do Tocantins, não indicam haver uma articulação com o PEE do referido estado, apenas se assemelham bastante com o PNE que lhe serviu de referência. O PEE do Tocantins se mostra muito amplo e é composto por uma meta bastante abrangente sobre formação continuada. Temos ciência de que o PEE foi publicado posteriormente aos PMEs, contudo, a comunicação que devia acontecer entre esses entes se mostrou falha ou nula neste aspecto. Além disto, a exemplo do município de Santa Terezinha do Tocantins, observamos que, às vezes, a adequação que deveria acontecer, principalmente nas estratégias, não aconteceu, sobressaindo-se apenas uma repetição de estratégias já existentes no PNE.

Notamos também que a formação continuada é tida como a principal alternativa para o trabalho de diversas necessidades educacionais, como é o exemplo dos diversos temas no qual propõem-se trabalhar por meio da mesma.

Sobretudo, é importante situar que entendemos que a elaboração e aprovação dos planos subnacionais de Educação 2015-2025, assim como o PNE 2014-2024 são fruto de lutas e debates. Que envolve, ainda, diversas limitações, mas também muitas possibilidades.

Portanto, é uma conquista muito importante historicamente, ainda assim, não são perfeitos, em função disso, precisam estar em constante evolução, empenhando-se em uma Educação de, cada vez mais, qualidade.

4 A FORMAÇÃO CONTINUADA NOS RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO DO PME E NA AVALIAÇÃO DOS GESTORES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Além da pesquisa documental junto aos PME que estão disponíveis online, realizamos também uma pesquisa de campo junto aos municípios selecionados. Optamos por uma entrevista com os secretários de educação dos municípios por meio de questionários estruturados, com objetivo de analisar, a partir da avaliação dos gestores, quais ações estão sendo efetivadas realmente dentro dos municípios, quais as concepções de formação continuada que os Secretários Municipais de Educação assumem e qual sua compreensão sobre o PME do seu município.

Porém, devido à pandemia do COVID-19 ou Novo corona vírus que assolou o mundo neste período e o fato de ser recomendada pela OMS – Organização Mundial de Saúde o distanciamento social, fomos levados a optar por entrevista por meio de formulários virtuais. Estes sendo elaborados e disponibilizados aos secretários por meios digitais com prévio contato e solicitação de respostas.

Além disto, para uma visão mais próxima dos dados obtidos com as entrevistas realizamos uma análise documental com os relatórios de monitoramento e avaliação do PME de cada município, os quais encontramos em endereço digital de domínio da União onde todos os mesmos são disponibilizados. Optamos em analisar apenas os relatórios dos municípios em questão para que faça jus à delimitação do trabalho, sendo que não fizemos entrevistas com representantes estadual ou nacional.

Como vimos anteriormente, os municípios de Nazaré, Tocantinópolis e Santa Terezinha do Tocantins seguiram o prazo determinado pela Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014b) na construção ou adequação dos seus PMEs, aprovando os mesmos no ano de 2015.

Lembramos ainda que a referida lei ressalta a obrigatoriedade dos relatórios de monitoramento:

§ 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei, com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem

prejuízo de outras fontes e informações relevantes. (BRASIL, 2014b, Art. 5º § 2º)

Ou seja, para o INEP publicar o seu relatório, cada ente federado tem a tarefa de apresentar os resultados das suas ações. Assim estados e municípios precisam disponibilizar um relatório de monitoramento das metas do PME, como um relatório de avaliação do desenvolvimento das metas, a fim de verificar o ritmo de desenvolvimento das mesmas.

Constatamos na “Lei do PME” dos municípios de Nazaré - TO (Lei nº 710/2015), Tocantinópolis - TO (Lei nº 963/2015) e Santa Terezinha do Tocantins - TO (Lei nº 250/2015), que todos determinam o prazo de dois anos para a publicação do relatório, ou seja, o mesmo disposto no PNE 2014-2024.

No ano de 2016 foi publicado pelo MEC o Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação (BRASIL, 2014a) contendo conceituações do que se trata o monitoramento e avaliação das metas dos PMEs, assim como sua importância para todo o país. Porém, seu maior objetivo é a orientação do como realizar essas tarefas, sendo disponíveis fichas já adequadas e prontas para a inserção de dados. São sugestões que podem facilitar aos municípios a construção dos seus relatórios e um melhor monitoramento.

Segundo o Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação (BRASIL, 2014a, p. 06), monitorar e avaliar podem ser vistas como um mesmo processo, pois se articulam e têm continuidade. São fundamentais para o cumprimento das metas e, também, é um suporte para identificar eventuais mudanças de comportamento e ritmo de desenvolvimento das metas.

Ainda no ano de 2016 o MEC instituiu a Rede de Assistência Técnica para Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação com o objetivo de subsidiar as comissões coordenadoras responsáveis a executarem o monitoramento e avaliação em cada local. A adesão à assistência técnica é voluntária, mas no estado do Tocantins todos os municípios aderiram à mesma, inclusive os três que fazem parte do presente estudo (Termos de adesão à assistência técnica de Nazaré - TO, Tocantinópolis - TO e Santa Terezinha do Tocantins - TO, ANEXOS A, B e C, respectivamente).

A assistência técnica busca contribuir com a implementação das orientações do Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação (BRASIL, 2014a). O dirigente municipal de Educação se compromete com a participação de representantes junto à assistência técnica fornecida pelo MEC, com a disponibilização das

informações referentes ao monitoramento e avaliação das metas e em indicar profissionais para interlocução direta com o MEC.

Segundo Corrêa (2019, p. 87) a Rede de Assistência Técnica tem o objetivo de alcançar todos os municípios e estados com os preceitos dos planos de educação aprovados, e assim, atuar de forma nivelada e atendendo às perspectivas de adaptação de termos entre o MEC e os entes federativos.

Os relatórios contendo todos os dados dos monitoramentos e avaliações dos PMEs são enviadas ao MEC e divulgados no portal “PNE em Movimento”.

4.1 Sobre os relatórios municipais de monitoramento e avaliação

Na exploração dos endereços digitais, notamos que em nenhum dos sites dos municípios havia a divulgação dos relatórios, nem mesmo um espaço determinado para esse fim. Analisando o portal “PNE em Movimento” constatamos a disponibilidade de relatórios de monitoramento dos três municípios em cumprimento com o que foi acordado no Termos de adesão à assistência técnica. Foi encontrado um relatório de monitoramento de cada e todos do ano de 2018. Já os relatórios de avaliação foram encontrados apenas dois, ambos também do ano de 2018 sendo um de Tocantinópolis - TO e outro de Santa Terezinha do Tocantins - TO. Não foi publicado relatório de avaliação no município de Nazaré - TO.

Seguindo as “Leis do PMEs” destes três municípios é confiada que a próxima publicação será feita no ano de 2020, tendo se passado dois anos desde as últimas publicações no ano de 2018.

Durante a análise dos relatórios, principalmente o de avaliação, percebemos que os mesmos contêm os dados relativos aos anos anteriores (2014, 2015, 2016 e 2017). Ficando, porém, uma dúvida quanto à necessidade da separação entre os relatórios de avaliação e de monitoramento, visto que ambos são praticamente idênticos, salvo apenas a diferenças de recursos usados na elaboração.

4.1.1 Relatório Municipal de Monitoramento e Avaliação de Nazaré - TO – Meta 12

Estudando os relatórios de monitoramento e avaliação dos três municípios, verificamos que, embora todos tenham suporte à assistência técnica do MEC, os mesmos apresentam especificidades. O município de Nazaré - TO fez uso pleno da ficha de

monitoramento sugerida no Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação (BRASIL, 2014a), adicionando a mesma os dados estatísticos dos anos anteriores (2015 a 2018) o que mostra como está sendo o desenvolvimento das metas e estratégias.

Este município não elaborou um relatório de avaliação e optou por adicionar no relatório apenas as estratégias que foram iniciadas.

Os dados da meta 12 no referido relatório revelam que a mesma ainda está muito distante de se efetivar no que diz respeito ao seu indicador B. Ou seja, de chegar a 100% dos profissionais da EB com garantia de formação continuada. Visto que, a estatística é em 2018 de 24,48% de profissionais com garantia de formação continuada, sendo o terceiro ano consecutivo que este percentual se repete (2016, 2017 e 2018). Além disto, nenhuma das duas estratégias desenvolvidas PME são apresentadas no relatório, revelando assim que ainda não foram iniciadas (conforme descrito no próprio relatório).

Quadro 3: Recorte referente ao indicador B da meta 12 do relatório de monitoramento do PME, município de Nazaré - TO.

Indicador	Descrição do Indicador								Prazo	Prazo do indicador	Alcançou a Meta?
Indicador 12B	.DESCRIÇÃO DO INDICADOR: Proporção de docências dos Professores com formação Continuada na área de conhecimento que lecionam na Educação Básica.								2025	2025	não
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Meta prevista											100%
Meta executada no período (dado oficial)											
Meta executada no período (dado extraoficial)	28,26%	24,48%	24,48%	24,48%							

Fonte: PME Nazaré – TO (NAZARÉ – TO, 2015).

Nota: Adaptado mantendo forma e conteúdo originais.

O estagnar do percentual é um dado muito preocupante, pois é uma evidência da dificuldade que o município encontra em oferecer estas formações ou também um caso de negligência por parte do mesmo. Além, disto é observável uma pequena diminuição do percentual se tivermos como referência 2015 (o primeiro dado que temos disponível nesse relatório) que era de 28,26%.

A ausência de texto escrito com explicações mais detalhadas empobrecem o relatório e dificultam o entendimento sobre o que está ocorrendo de fato na realidade local. Além da falta do relatório de avaliação que poderia detalhar os dados disponíveis. A opção de limitar-se apenas as fichas disponibilizadas nos Caderno de Orientações para Monitoramento e

Avaliação dos Planos Municipais de Educação (BRASIL, 2014a) acaba por torna-lo um relatório com apenas dados quantitativos. Ao exemplo disto, nestes dados analisados anteriormente, compreendemos que em 2018 o percentual de profissionais com garantia de formação continuada foi de 24,48%, porém, não há o detalhamento de quais etapas da EB são estes; quantos e quais os cursos disponibilizados; em quais modalidades são disponibilizados; com quais parcerias e; etc.

Embora esse detalhamento não seja uma exigência disposta em lei, é uma ótima sugestão visto que o tornará mais amplo e o dará mais credibilidade.

4.1.2 Relatório Municipal de Monitoramento e Avaliação de Tocantinópolis -TO – Meta 16

O relatório de monitoramento do município de Tocantinópolis não faz uso das fichas sugeridas no Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação (BRASIL, 2014a) e suas informações e dados são discorridos e detalhadas em forma de texto, também fazendo uso de tabelas e quadros. Observamos que os relatórios de monitoramento e avaliação são muito próximos, salvo algumas informações. Além disso, não estão inclusos nestes relatórios os dados do ano de 2018 como no relatório do município anterior (Nazaré - TO).

Partindo para o monitoramento em si, o indicador B da meta 16 que propõem “garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação [...] (TOCANTINÓPOLIS, 2015, p. 32)”, percebemos que nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017 ocorreram formações continuada do PNAIC - Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa, mostrando que o programa tem ganhado continuidade.

No ano de 2014 foram quatro formações do PNAIC no decorrer do ano e abrangendo um total de 143 profissionais da EB, sendo 117 profissionais da Educação Infantil (EI) e 26 do Ensino Fundamental (EF).

Já no ano de 2015 ocorreu a oferta de três formações do mesmo programa, mas com um número muito menor de participantes, apenas 31 professores do EI. E logo, no ano de 2016 são também três formações do programa somando a participação de 43 professores do EI.

No ano de 2017 com a progressão do PNAIC, tiveram a oferta de três cursos de formação continuada alcançando um total de 73 professores, sendo 27 atuantes da EI e 46 do EF.

Condensando os dados obtidos elaborou-se o quadro abaixo:

Quadro 4: Recorte referente ao indicado B da meta 16 do relatório de monitoramento e avaliação PME, município de Tocantinópolis – TO.

Ano	Quantidade de formações	Tema/Programa	Etapa da Educação Básica	Profissionais participantes (quantidade)	
2014	4	PNAIC	E.I.	117	143
			E.F.	26	
2015	4	PNAIC	E.F.	31	
2016	3	PNAIC	E.F.	43	
2017	3	PNAIC	E.I.	27	73
			E.F.	46	

Fonte: Elaboração própria (2020) a partir do relatório de monitoramento do município de Tocantinópolis - TO.

Notamos que tanto a quantidade de formações oferecidas, quanto à quantidade de profissionais participantes não há uma regularidade ou uma gradatividade. Isso pode ser consequência da não participação dos profissionais da Educação Infantil nos anos de 2015 e 2016, pois do ano de 2014, que ofereceu para os profissionais de EI e EF, para 2015, que ofereceu apenas no EI, houve uma baixa significativa na participação. Já 2016, que também ofereceu apenas para o EI, comparado com 2017, que ofereceu para as duas etapas, houve um aumento significativo.

Compreendemos que a oferta apenas dos cursos do PNAIC pode ser um ponto negativo em termo de oferta de formação continuada no município, mas esta pode também revelar uma opção por parte do município perante diagnóstico de necessidade ou de disponibilidade de parcerias.

Outrossim, vemos que nos anos de 2015 e 2016 não houve participação dos profissionais da EI nos cursos de formação o que nos deixa a dúvida da causalidade de referido fato. Outro fato notável foi à limitação, ao menos literal, na descrição dos anos de 2015, 2016 e 2017, no qual os cursos tiveram participação apenas de professores, não exposto à participação de outros profissionais da área, diante do uso do termo “professores”. Não acompanhando o que é proposto no PME.

Todavia, o fato mais notável e limitante para nossa observação foi à forma de apresentação dos dados. Isso impossibilitou uma análise mais concreta, pois não nos é apresentado o total de professores da EB de cada ano para chegarmos ao percentual que representa a quantidade de profissionais participantes das formações continuadas no município. Isto impede que saibamos a distância para que seja alcançada a meta diante da totalidade dos profissionais da EB.

4.1.3 Relatório Municipal de Monitoramento e Avaliação de Santa Terezinha do Tocantins - TO – Meta 16

O relatório de monitoramento do município de Santa Terezinha do Tocantins faz uso das fichas sugeridas no Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação (BRASIL, 2014a) para apresentação das metas e também das estratégias, mas não se limita as fichas, também faz o detalhamento por meio de texto.

Estes relatórios (monitoramento e avaliação) deste município embora tenham sido publicados em 2018 de acordo com o portal PNE em Movimento, não contêm os dados deste ano, apenas dos anos anteriores (2014 a 2017).

A meta 16 do PME do referido município apresenta apenas um indicador que propõem “garantir em parceria com o Estado e a União a formação continuada a todos (as) os (as) profissionais da educação básica em sua área de atuação [...] (SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS, 2015, p. 65)” e os dados do relatório mostra que no ano de 2017 o percentual de participação foi de 54%.

Os cursos de formação oferecidos são advindos de uma demanda que se iniciou no ano de 2013, tanto na rede municipal, quanto na rede estadual. Há uma divergência de datas quanto ao seu encerramento, no relatório de avaliação expõe que aconteceu em 2017 e no relatório de monitoramento no ano de 2018.

É retratado que nenhuma das duas estratégias foi iniciada e, ainda, informa que as formações não abrangeram, durante esse período, os profissionais atuantes na EI e anos finais do EF.

No relatório da avaliação encontramos em um gráfico os dados dos anos de 2014, 2015 e 2016 referentes à quantidade de profissionais atuantes na EB no município, os participantes das formações e o percentual que representa estes.

Compilando dados dos dois relatórios conseguimos um quadro que demonstra bem o desenvolvimento da meta no município:

Quadro 5: Recorte referente à meta 16 do relatório de monitoramento e avaliação do PME, município de Santa Terezinha do Tocantins – TO (continua).

Ano	Professores (Quantidade total)	Tema/Programa	Professores participantes (quantidade)	Percentual (%)
2014	33	PNAIC	18	54

Quadro 5: Recorte referente à meta 16 do relatório de monitoramento e avaliação do PME, município de Santa Terezinha do Tocantins – TO (conclusão).

2015	53	PNAIC	28	53
2016	53	PNAIC	28	53
2017	*	PNAIC	**	54

Fonte: Elaboração própria (2020) a partir dos relatórios de avaliação e monitoramento do PME de S. Terezinha do Tocantins - TO.

Notas:*Valor não informado.

**Valor não informado.

Constatamos que o percentual de participação dos professores nos cursos de formação, durante o período analisado, se mantém estável, com baixa de 1% nos anos de 2015 e 2016, mas que fechou 2017 em 54%.

Diante da análise dos relatórios ponderamos serem destacáveis duas observações. A primeira dela é referente à utilização do termo “professores” quando se refere aos sujeitos participantes dos cursos de formação. Esse destaque nos remete a compreensão de que houve a participação apenas dos professores. No entanto o indicador avaliado em relação a essa meta trata de “formação continuada a todos (as) os (as) profissionais da educação básica em sua área de atuação”.

A segunda, é que não é especificado qual a(s): quantidade de cursos oferecidos anualmente e; as quais etapas da E.B. pertencem os professores participantes. No relato sobre a execução da meta não há descrição da quantidade de cursos oferecidos nos referidos anos o que impossibilita uma dedução próxima da frequência que os mesmos acontecem. Além de não sabermos se são apenas professores da EI ou se de todas as etapas, por exemplo.

Ao final, percebemos que a formação continuada nos três municípios está há muito tempo limitada ao programa PNAIC. Sugerindo que os municípios fazem essa opção por falta de autonomia, de uma escassez de cursos, ou mesmo por falta de compreensão sobre a importância e necessidade dessa iniciativa.

Outra observação é a respeito do desenvolvimento das metas, onde havendo se passado cinco anos desde a implementação dos PMEs, apenas podemos afirmar uma condição considerada eficiente, dado o tempo de aprovação dos PMEs, que é o caso do município de Santa Terezinha do Tocantins – TO que têm a média acima de 53% de participação dos professores nos últimos anos. Visto que, os relatórios do município de Tocantinópolis impossibilitam essa análise por não conter o percentual e/ou total de professores da E.B. e o município de Nazaré - TO tem repetido um percentual muito baixo nos últimos anos.

Ver-se também que dentre as estratégias em que a formação continuada surgia como instrumento para desenvolvimento de temas nos PMEs como já citado anteriormente, apenas uma foi executada. Segue:

11.3) possibilitar o acesso a formação continuada, em regime de colaboração com a União e o Estado, para os profissionais da educação, preferencialmente em forma de especialização *lato sensu*, sobre direitos humanos, diversidade e cidadania, nas modalidades presencial e a distância, em parceria com instituições públicas e privadas de ensino superior (TOCANTINÓPOLIS, 2015, p. 30).

No município de Tocantinópolis aconteceu no ano de 2018 a oferta de Curso de Formação Continuada de Professores em Educação e Direitos Humanos, em parceria com a Rede Estadual e o Campus da UFT de Araguaína – TO. Ressaltando assim o uso da estratégia antes proposta e um exemplo funcionamento eficaz do regime de colaboração.

Os demais municípios não conseguiram iniciar nenhuma de suas estratégias que têm alusão à formação continuada.

4.2 A visão dos gestores educacionais sobre a formação continuada e os Planos Municipais de Educação

Abordamos aqui os resultados de uma coleta de informações junto aos dirigentes municipais de educação dos três municípios que compõem a abrangência da pesquisa (Nazaré - TO, Tocantinópolis - TO e Santa Terezinha do Tocantins - TO). Nesse caso utilizamos um roteiro de questões para levantar informações junto aos Secretários Municipais de Educação a partir de três blocos: concepção de formação continuada dos gestores; sobre a construção e informações do PME e os; temas e/ou propostas trabalhadas.

A pesquisa de campo com entrevistas era uma proposta já inclusa no projeto inicial desta pesquisa, porém por ocorrência da pandemia do COVID-19, que estava em seu ápice de contágio na região (Bico do Papagaio), foi recomendado por autoridades estaduais e municipais de saúde e pela – Universidade Federal do Tocantins (UFT) que ficássemos em isolamento domiciliar. Assim procuramos realizar as entrevistas por meios digitais, por opção escolhemos a ferramenta *Google Forms*¹, construindo assim um formulário estruturado (Apêndice A) e destinando o *link* por e-mail aos participantes para acesso.

Antes de tudo, ressaltamos que a entrevista por meios digitais foi uma grande limitação neste trabalho, pois através dos formulários não se têm possibilidade de, por

¹ Disponível em: <https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>.

exemplo, ter perguntas personalizadas as repostas já obtidas dos entrevistados. Além de, principalmente, não ter propício um ambiente de interação, conversação e coletividade, compondo-se como um ambiente de pesquisa “mecânico”.

Os entrevistados foram os Secretários Municipais de Educação dos municípios de Nazaré - TO, Tocantinópolis - TO e Santa Terezinha do Tocantins – TO. Nesse caso, para preservar suas identidades, serão apresentados como Secretário A (ANEXO D), Secretário B (ANEXO E) e Secretário C (ANEXO F), respectivamente aos municípios onde atuam.

Dentre os entrevistados apenas um dele teve participação na elaboração do PME de seu município, Secretário C, sua participação foi como Presidente do Conselho Municipal de Educação e Equipe Técnica da Secretaria de Educação. Os outros dois entrevistados relatam que não tiveram participação. É importante destacar que o Secretário C exerce essa função há três anos, o Secretário B há um ano e sete meses e o Secretário A é novato no cargo, havendo assumido há apenas três meses.

Buscando uma conceituação de formação continuada por parte dos secretários realizamos a seguinte pergunta: “Para você, o que é formação continuada?”. Agrupamos as respostas no quadro a seguir:

Quadro 6: Concepções de formação continuada dos Secretários (as) Municipais de Educação dos municípios de Nazaré - TO, Tocantinópolis - TO e Santa Terezinha do Tocantins - TO.

Entrevistados	Para você, o que é formação continuada?
Secretário A	Formação Continuada são os cursos e treinamentos que nossos professores fazem pra aperfeiçoamento e melhoramento das atividades pedagógicas.
Secretário B	Formação Continuada é o alicerce do processo de ensino-aprendizagem. Ela tem que ser contínua e de qualidade. O profissional que se preza tem que se atualizar e ser o responsável por buscar a própria formação. Embora eu reconheça que fui o Secretário que mais proporcionei Formação Continuada em pequeno espaço de tempo, defendo que o profissional tem que buscar se aperfeiçoar independentemente da oferta de formações pela SEMEC.
Secretário C	Formação continuada são formações que garantem o aprimoramento profissional contínuo [sic].

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas (2020).

Comparando as respostas de cada entrevistado, verificou-se que todos têm respostas próximas com concepções semelhantes, no entanto, observam-se alguns pontos relevantes para uma discussão. São estes os termos usados pelos entrevistados e uma atitude em específico.

Conforme o Quadro 6, observando o uso dos termos “profissional” e “professores” pode-se compreender que o Secretário A interpreta a formação continuada como algo destinado aos professores com certa exclusividade, pois em nenhum momento cita outros

profissionais. Já o Secretário B e Secretário C fazem uso dos termos “profissional” para representar o público destas formações, evidenciando assim a participação de sujeitos que atuam de forma direta ou indireta com o ensino.

Constata-se no PNE 2014-2024 (meta 16), assim como nos PMEs dos três municípios (metas correspondentes à meta 16 do PNE 2014-2024) a destinação da formação continuada aos profissionais da E.B., sendo assim não apenas limitada aos professores.

Dentre os termos observados estão: “treinamento”, “aperfeiçoamento” e “melhoramento”, do Secretário A; “atualizar”, do Secretário B e; “aprimoramento”, do Secretário C. Podemos dividir esses termos em dois direcionamentos, o primeiro remete ao termo “treinamento” é uma concepção muito próxima à concepção tecnicista muito evidente nas décadas de 70 e 80 no Brasil. Segundo Rodrigues, (2004) esse termo é empregado quando remete ao condicionamento de metodologias e habilidades especificadas que apenas são repassadas aos profissionais não levando em conta suas condições de trabalho e restringindo sua autonomia, como foi iterado na revisão bibliográfica desta pesquisa.

Entretanto, segundo Paula (2009, p. 68) a formação continuada deve

buscar o entendimento do processo de desenvolvimento da prática pedagógica de maneira ampliada, tendo clareza das influências que o contexto escolar, as condições materiais de trabalho, bem como as condições sociais e econômicas a que estão submetidos esses profissionais, exercem sobre suas práticas.

Já os demais termos seguem uma lógica de “aperfeiçoamento” da prática profissional, consiste em tornar melhor a formação já existente, buscando assim aprimoramentos para suas práticas, sempre estar inteirado das novas metodologias e instrumentos existentes.

Dentre as respostas, chamou muita à atenção a resposta do Secretário B, conforme segue: “O profissional que se preza tem que se atualizar e ser o responsável por buscar a própria formação [...] defendendo que o profissional tem que buscar se aperfeiçoar independentemente da oferta de formações pela SEMEC (Secretário B).”. Compreendemos que essa defesa por uma iniciativa do profissional diante da necessidade de uma formação continuada se aproxima da concepção de professor reflexivo ou profissional reflexivo no qual os mesmos devem buscar desenvolver-se enquanto profissional na medida em que se mostrar capaz de refletir sobre sua ação e formular os saberes e especialidades sobre a mesma. Ao mesmo tempo essa visão permite que a escola, a rede municipal e o sistema de ensino lavem as mãos diante das necessidades da formação docente.

O segundo bloco refere-se à construção e informações contidas nos PMEs. Neste sentido fizemos algumas perguntas aos entrevistados e as condensamos em um quadro, disposto abaixo:

Quadro 7: Avaliação dos entrevistados sobre os PMEs de seus municípios (continua).

Entrevistados	1 - Qual é sua avaliação sobre o atual PME do Município?	2 - Como está sendo realizado o monitoramento do PME? Há algum relatório de avaliação?	3 - Como avalia a meta referente à formação continuada do PME do seu município?
Secretário A	Estou me inteirando ainda sobre o assunto, mas pelo que já observei, está sendo de acordo com o PME do estado. E procuramos nos adequar da melhor forma possível pra que possamos trazer melhorias no ensino de nossos educandos.	O monitorar é feito através de relatórios. Todos os anos, fazemos um relatório sobre o que tá sendo ensinado, sobre o que precisa ser melhorado.	Essas metas também são avaliadas através de relatórios, a gente vai analisando as necessidades do município, o que tá precisando nas escolas e vai avaliando dessa maneira.
Secretário B	O PME do Município tem seus altos e baixos. Creio que o próximo Plano Municipal de Educação de Tocantinópolis seja elaborado com os “pés no chão”. Mesmo porque as políticas educacionais do Brasil frustraram as maiorias das Metas do Plano Nacional de Educação, que é o norteador dos PMEs.	O monitoramento é realizado a cada dois anos. O último relatório foi feito em outubro de 2018. E o próximo monitoramento está previsto para o segundo semestre de 2020.	Creio que só vou ter uma clareza sobre essa meta após a conclusão do próximo monitoramento do PME. Mas os professores estão mais ligados em relação a formação continuada, principalmente depois da concessão de mais de 150 notebooks para esses profissionais. Diz a Meta 16 - Formar, em nível de Pós-Graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Creio que mais da metade dos profissionais da Educação Básica já tenha curso de pós-graduação. Porém temos que fazer um estudo de demanda relacionado ao assunto.

Quadro 7: Avaliação dos entrevistados sobre os PMEs de seus municípios (conclusão).

Secretário C	Precisamos melhorar no que diz respeito aos prazos de algumas metas.	É realizado um monitoramento todos os anos, através de relatórios de monitoramento e a cada dois anos é realizado um fórum para avaliação e monitoramento.	É uma das metas que estamos com mais dificuldades, nem sempre a SME consegue oferecer formações e quando surge algumas formações externas alguns profissionais não aceitam participar por muitas dificuldades.
--------------	--	--	--

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas (2020).

Conforme o Quadro 7, verificamos que na segunda questão dois dos entrevistados citam que a pontos a melhorar no que diz respeito à construção e cumprimento dos PMEs. O Secretário B retrata que houve equívocos na construção do PME atual de seu município e que as políticas educacionais nacionais prejudicaram o andamento das metas do PNE que recaiu negativamente sobre os PMEs.

Também a Secretário C reflete não sobre uma falha na elaboração do documento, mas sim sobre sua execução, necessitando melhorar o cumprimento dos prazos das metas. Este é um problema muito comum dentre todos os entes federados e também o PNE. Todavia, felizmente, observamos que a meta analisada (16) não se encontra “atrasada”, mas que o cumprimento de suas estratégias ainda não fora iniciado.

Já a resposta do Secretário A mostrou-se bastante desconecta da pergunta, mesmo porque, de início já deixa claro que assumiu o cargo recentemente, não dispondo de uma resposta mais adequada. Entretanto, a mesma afirma que procuram “adequar da melhor forma possível pra que possamos trazer melhorias no ensino de nossos educandos (Secretário A)”.

Referindo-se a como é feito o monitoramento do PME nos municípios registramos que dois dos entrevistados afirmaram que fazem relatórios de monitoramento (Secretário A, Entrevistado C), sendo que um deles também afirmou acontecer um fórum para monitoramento e avaliação a cada dois anos (Secretário C). Portanto, de acordo as afirmações desses entrevistados, entendemos que os municípios realizam o monitoramento anualmente, contudo apenas são enviados ao MEC e divulgados a cada dois anos segundo inferido nas suas “Leis dos PMEs”.

Já o Secretário B informou que o monitoramento é realizado a cada dois anos. Diante das respostas percebemos certa resistência em responder se há algum relatório de avaliação, sendo que somente o Secretário B respondeu, optando por expor apenas o último publicado, 2018.

Ainda conforme o Quadro 7, as respostas da terceira questão sobre como avaliam a meta relativa à formação continuada do PME de seu município, nos mostra dois

direcionamentos, um positivo e um negativo. O Secretário B se mostra muito otimista quanto a essa meta, destacando que os professores estão passando a interessar-se a esse tipo de formação, ele relaciona parte deste fato à concessão de notebooks aos profissionais.

Antagônica a essa situação conforme o Secretário C, seu município enfrenta muitas dificuldades em oferta de cursos e aceitação/participação de profissionais. As condições de oferta dos cursos de formação influem diretamente na participação dos profissionais.

Já o Secretário A afirma que a meta é avaliada por meio dos relatórios, uma resposta desconecta, mas que entendemos que pode representar uma má interpretação da questão ou fuga de resposta.

Quando lhes perguntados sobre quais atividades de formação continuada foram realizadas no município nos últimos dois anos, percebemos uma grande mudança ou melhora com o que foi visto nos últimos anos por meio dos relatórios analisados. Houve uma ampliação de oferta em alguns municípios e melhor visão de um panorama para o futuro dessa modalidade de formação.

A maior evolução foi descrita pelo Secretário B, que afirma ter ofertado cursos de

Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, Programa Novo mais Educação, Curso de Orientações Básicas para Unidades Escolares, Implantação do Sistema Integrado de Gestão Escolar-SIGE, A BNCC e o alinhamento no contexto dos Documentos Curriculares na Rede Municipal de Ensino (Educação Infantil e Ensino Fundamental I), Oralidade e Metodologias de Ensino de Língua Inglesa, Implementação do Documento Curricular do Tocantins – DCT, Planejamento, Gestão e Projeto Político Pedagógico – P.P.P, PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), Censo Escolar, PTE (Programas de Transporte do Escolar), FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, CSC (Controle Social para Conselheiros), Formação em Serviço, dentre outros que não me recordo no momento (SECRETÁRIO B).

Ainda, em resposta a uma pergunta anterior (Quadro 6) o Secretário B afirma que reconhece que foi o secretário “que mais proporcion(ou) formação continuada em pequeno espaço de tempo (Secretário B)”. Sendo concreta esta atitude reflete uma possível atenção por parte do gestor quanto à formação continuada e, conseqüentemente, uma variedade de opções oferecidas no município, restando saber se as mesmas estiveram em sintonia com as necessidades, possibilidades e aspirações do quadro de profissionais.

Já o Secretário C informou que os cursos realizados nos últimos dois anos foram o PNAIC - Alfabetização e Letramento; Formação pela Escola; Formação da BNCC e do Documento Curricular do Estado do Tocantins. Portanto, vemos que houve progressão do programa PNAIC no município, com mais a oferta do programa nacional Formação pela Escola, que é realizado na modalidade à distância. Além de formação sobre a BNCC e DCT.

Já no município de Nazaré - TO, segundo o Secretário A foi ofertado apenas à formação do BNCC nos últimos dois anos. Uma ocorrência muito negativa para com o cumprimento do PME e também para o desenvolvimento do ensino no município.

Sobre a avaliação dos secretários quanto aos PME de seu município, podemos observar que a fala do Secretário A contrasta com a análise realizada no capítulo anterior, sendo que não acontece uma conexão como do que é realizado no município com o que foi proposto pelo estado como o entrevistado relata.

Já a fala do Secretário B vai de encontro como o que foi analisado no capítulo anterior quando diz que é preciso ter os “pés no chão” no próximo plano, evidenciando uma fragilidade do atual PME. Entretanto, o entrevistado relata que o plano tem seus altos e baixos, explicitando ter aspectos positivos no mesmo.

O Secretário C apenas relata que precisam melhorar no que diz respeito aos prazos de cumprimento, sem assim avaliar propriamente o PME.

Contrastando essas informações com dados dos relatórios fica claro que nem todos os municípios e/ou gestores municipais de Educação conseguem a oferta de uma variedade de formações, muitas vezes se limitando a apenas uma, sendo totalmente inexistentes as iniciativas próprias, seja por omissão, seja por dificuldades.

Embora o município de Tocantinópolis seja maior em aspecto populacional e de infraestrutura, nos surpreende a quantidade de formações ofertadas nos últimos dois anos em contraste como os outros dois municípios e com as informações do seu próprio relatório de 2018 com dados também de anos anteriores. Revelam uma elevada oferta de formações em que, segundo o Secretário B é reflexo de seu trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório o quanto a formação continuada é importante para a formação e valorização de professores e demais profissionais da educação, bem como para a qualidade do ensino em geral.

Percebemos que a formação docente, para além da formação inicial acadêmica, está relacionada às experiências e ao desenvolvimento pessoal e escolar, ou seja, a formação ganha uma perspectiva de continuidade, estando essa em estado de desenvolvimento durante toda a atuação do profissional. Nesta perspectiva é que destacamos a formação continuada com sendo um meio muito importante para que o docente e demais profissionais da educação não se limitem apenas ao aprendizado inicial na graduação.

Observamos que os termos utilizados para apresentar esse tipo de formação foi se adequando e modificando de acordo com os contextos históricos. Com o levantamento que realizamos, podemos compreender que por muito tempo a formação continuada foi limitada quanto ao seu papel e quanto a sua concepção. Como constatamos no início desta pesquisa nas décadas de 70 a 90 predominou a formação continuada contemplada com concepções tecnicistas e mercantilista, resumida apenas em transmitir ou “vender” uma “receita pronta” de como atuar, quais e quando usar metodologias, técnicas e etc.

Essa visão de formação continuada é classificada por Nóvoa (1991 apud PARCIANELLO, 2015, p. 02) como um modelo de concepção estruturante, que despreza a participação ativa do professor no processo de ensino, mas que siga comportamentos e ações pré-determinadas. Ela entende o professor apenas como um “instrumento” de ação dentro do processo de ensino- aprendizagem, que esteja pronto para fazer aquilo que lhes é posto.

Porém, já na década de 90 e anos 2000 passamos a observar uma mudança no entendimento sobre formação continuada, esta passa a ser vista com mais amplitude e sendo mais presente em pesquisas e documentos educacionais importantes.

A educação escolar não é movida apenas pelos professores, mas sim por cada profissional atuante no espaço escolar, todavia, o que notamos em todas as etapas da pesquisa é uma omissão sobre qual é o público da formação continuada. Podemos constatar que, mesmo com todas as limitações, existe uma quase que exclusividade para a formação dos professores, algo já historicamente construído, que é visível nas bibliografias analisadas, nos documentos oficiais e respostas dos entrevistados. Sendo muito comum a expressão “formação continuada para professores”.

Mesmo sendo os professores os sujeitos que têm contato direto com os alunos e sabendo que há formações continuadas específicas para os mesmos, defendemos uma formação que seja disponibilizada a todos os profissionais da área, pois o coletivo é muito importante na Educação e sem ele a mesma não acontece.

A formação continuada é direito de todos os profissionais da EB segundo a meta 16 de PNE 2014-2024 e deve ser garantida até seu último ano de vigência, 2024. Nos estados, municípios e Distrito Federal, este tipo de formação é também garantido pelos PEEs e PMEs em consonância ao PNE. São estes entes que farão as ações e proporcionarão, ou não, o cumprimento da meta, tanto local como nacionalmente. Portanto, como vimos anteriormente, no Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de

Educação (BRASIL, 2014a) e na Lei do PNE, deve haver uma correlação ou articulação entre o que é proposto e planejado entre os entes federados.

O que a pesquisa revela é que não ocorre uma relação ou articulação entre os planos, nacional, estadual e municipais, sendo que é observável, por exemplo, uma total desconsideração das estratégias da meta 16 do PEE do Tocantins pelos municípios analisados. E, além disto, a maioria das estratégias que propunham ações por meio de regime de colaboração com o estado ou União, não foram, ainda, iniciadas. Salvo apenas a estratégia 11.3 do PME de Tocantinópolis, referente à Educação e Direitos Humanos, que se mostrou em execução no ano de 2018.

A análise também mostra que os PMEs têm algumas especificidades na construção da meta referente à formação continuada, limitando-se, em grande parte, a mudanças nas estratégias, salvo o caso de Santa Terezinha do Tocantins – TO em que a referida meta trata apenas da formação continuada. Porém, quando avaliamos a todas as metas dos PMEs, reparamos grande presença da formação continuada, relacionada a outros temas, sendo uma alternativa para o trabalho de diversos conteúdos pertinentes ao contexto escolar.

A presença de temas atuais e de importância para a realidade nacional e local é visível em todos os PMEs analisados, porém, na execução, segundo os dados levantados, fica claro o não cumprimento de diversas estratégias por parte dos municípios ou em regime de colaboração, até o ano de 2018. Ou seja, no planejamento é dada uma significativa importância à formação continuada, porém, quando buscamos pela sua implementação, percebemos que muito pouco tem sido executado nos últimos anos. Conforme os relatórios de monitoramento, a formação continuada nos municípios analisados tem sido limitada ao programa PNAIC. Não sendo assim aderidos outros temas ou programas.

Os resultados do monitoramento, sobre formação continuada nos municípios, revelam a dificuldade que esta ação enfrenta para se concretizar com uma etapa pertinente a Educação, onde os municípios pequenos têm pouca oferta de recursos para adotar projetos exitosos e grandes limitações para desenvolver alternativas locais. Tais dificuldades são ressaltadas por um dos entrevistados, quando observa a dificuldade em manter a meta 16 do plano conforme o prazo.

Evidenciou-se também uma dificuldade na coleta de dados devido à diferença entre os relatórios dos municípios e, principalmente, a falta de informações constatada entre os mesmos, sendo que em um dos casos (Tocantinópolis) inviabilizou uma análise concreta.

Tendo em vista que o termo “profissionais” refere-se ao público alvo da formação continuada nos PMEs, no PEE e PNE, como uma ampla abrangência dos cursos, que buscam uma maior interação entre todos os profissionais envolvidos com o trabalho escolar, compreendemos não tratar-se apenas do grupo docente. Porém nos relatórios de monitoramento e avaliação dos PMEs observamos a referência da participação apenas dos professores. Não estamos contestando a importância e a urgência da formação continuada aos professores, mas observamos que uma compreensão mais ampla da escola, entende esse espaço como um todo educativo, pressupondo que se pense a formação permanente para todos os envolvidos no trabalho escolar.

Por meio desta pesquisa podemos ratificar a formação continuada como uma ação muito importante para o conjunto das tarefas da escola. Devendo ser coerente com as especificidades locais e com o público que atende. Os PMEs são ferramentas que buscam garantir a continuidade das políticas educacionais do município e é por meio dele e seu monitoramento que esperamos uma efetivação da formação continuada como parte concreta da Educação Escolar. Entretanto, é preciso estar atento e acompanhar de perto essa proposta, pois ela, ainda que tenha vindo tardiamente e que se mostre falha, representa um avanço importante para o desenvolvimento educacional local.

Embora a quantidade de tempo disposta para a realização desta pesquisa e as condições em que a mesma foi realizada não tenha possibilitado um aprofundamento mais amplo, com um número maior de municípios e maior abrangência em uma pesquisa de campo, consideramos ser possível equiparar os resultados aqui apresentados à situação de diversos municípios de pequeno e médio porte da região do Bico do Papagaio – TO. Uma realidade em que a formação continuada não se constitui num projeto prioritário para as redes municipais de ensino. Onde a mesma é vista como a solução para o trabalho de diversos temas e suprimento de diversas necessidades, porém na prática, na execução, ela se mostra esquecida.

Em relação às hipóteses levantadas, verificamos o seguinte: a primeira hipótese inferia que muitas instituições escolares e redes de ensino não têm a formação continuada como parte sistemática de suas ações. Segundo o estudo podemos concluir que ela faz parte dos planos municipais, porém, de maneira muito limitada e em grande parte a reboque do PNE, havendo uma dependência dos programa/tema e falta de iniciativas próprias.

A segunda hipótese levantada sinalizava que há vários temas atuais que podem ser trabalhados nas formações continuadas, mas que, aparentemente, muitos temas importantes, de

interesse para os profissionais da EB, não são trabalhados ou são tratados apenas de maneira superficial. Constatamos que há muitos temas importantes de se tratar nessas formações, até mesmo, muitas apontadas em metas e estratégias dos PMEs analisados, no entanto notamos uma limitação nos anos de 2016, 2017 e 2018, ofertando formação apenas de um programa.

Já na terceira hipótese em que verificamos a realização de formação continuada sendo compreendida como algo importante pelos gestores municipais, porém, normalmente, sem se estruturar como uma política efetiva que atenda adequadamente às necessidades da rede de ensino, é comprovada nas respostas dos secretários entrevistados. Percebemos que os mesmos entendem a importância desta formação para a qualidade da Educação escolar, porém, notamos que não conseguem estruturar uma política efetiva voltada para as reais necessidades das escolas e rede de ensino.

Quanto ao objetivo desta pesquisa compreendemos como alcançado, pois conseguimos analisar a formação continuada proposta nos PMEs, considerando a extensão e as possibilidades de execução das metas e estratégias definidas, assim como também a avaliação dos gestores municipais sobre a implementação destas por meio das entrevistas.

O problema da pesquisa, entendemos como parcialmente respondido, pois agora sabemos como vêm sendo trabalhada a formação continuada nos municípios, em especial nos PMEs e quais temas foram propostos. No entanto, uma questão não foi suscitada, com que frequência em que são disponibilizados os cursos de formação, já que os relatórios de monitoramento e avaliação do PME não trazem essas informações.

Todavia, é importante frisar que há uma gama de possibilidades de pesquisas que podem contribuir ainda mais para uma análise da formação continuada nos PMEs e/ou nos municípios, podendo destacar o olhar dos profissionais da Educação, as dificuldades enfrentadas pelos gestores municipais em ofertar formações, quais dificuldades enfrentam os profissionais e o porquê de muitos deles não participarem das formações, entre outras. Essas pesquisas servem não só de alerta para a fragilidade da formação continuada, mas também para qual importância é dada a mesma.

Outra possibilidade muito pertinente de pesquisa é verificar a existência de relação entre os índices de profissionais contratados temporariamente com os baixos percentuais de participação nos cursos de formação continuada, pois destacando os municípios que fazem parte desta pesquisa e vizinhos de semelhante porte, há um grande movimento de profissionais que trabalham por contrato temporário.

Por fim, ressaltamos ser esta pesquisa muito importante para a formação do próprio pesquisador, não apenas para a obtenção do título de graduado, mas por ter um cunho esclarecedor de como vem sendo o desenvolvimento educacional na região, que acreditamos ser um reflexo de muitas outras regiões. São conhecimentos que, pela íntima relação com a formação em Pedagogia, complementam e enriquecem todo o processo formativo. Além de ser um texto interessante para quem deseja conhecer sobre a formação continuada e PMEs, ou de forma geral, para os amantes da Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFERES, Marcia Aparecida (UEPG). MAINARDES, Jefferson (UEPG). A Formação Continuada De Professores No Brasil. **Seminário de Pesquisa do PPE**. Disponível em:<http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2011/pdf/1/001.pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2019.

ALTENFELDER, Anna Helena. Desafios e tendências em formação continuada. **Construção psicopedagógica**. ISSN 21753474. v.13 n.10 São Paulo 2005. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542005000100004>. Acesso em 09 de dez. de 2019.

ARAÚJO, Roberta Negrão de; REIS, Sandra Regina dos. A formação continuada e sua contribuição para o professor alfabetizador. **X ANPED SUL** (Anais), Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em:<http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/2091-0.pdf>. Acesso em 09 de dez. de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília: Inep, 2015.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Gráfica do senado, 1995.

_____. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p.11429. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 09 de dez. de 2019.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 09 de dez. de 2019.

_____. O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação. **Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE)**, 2014a. Disponível

em:<http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2020.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 jun. 2014b. Seção 1, p. 1, Ed. Extra.

CORRÊA, Josiane Caroline de Souza Salomão. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NA REGIÃO CONE SUL/MS (2015-2017). Dissertação (mestrado em Educação). **Universidade Federal da Grande Dourados**, 2019. Disponível em:<<http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1635/1/JosianeCarolineDeSouzaSalomaoCorrea.pdf>>. Acesso em 05 de abril de 2020.

ELTZ, Patricia Thoma. **Formação Continuada**: descontinuidades e desafios na transformação da prática dos professores. – Porto Alegre, 2008. 111 f. + Anexos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2008. Disponível em:<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14839/000669658.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>>. Acesso em 09 de dez. de 2019.

FLÓRIDE, Márcia Augusta; STEINLE, Marlizete Cristina Bonafini. **Formação continuada em serviço**: uma ação necessária ao professor contemporâneo. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2429-6.pdf>>. Acesso em 09 de dez. de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

GATTI, Bernardete A. (Fundação Carlos Chagas). Formação continuada de professores: a questão psicossocial. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 191-204, julho/ 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a10.pdf>>. Acesso em 09 de dez. de 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995. (disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em 24 de jun. de 2019.

LANTHEAUME, Françoise. Professores e dificuldades do ofício: preservação e reconstrução da dignidade profissional. Tradução Fernanda Machado. **Cadernos de Pesquisa**. v.42 n.146 p.368-387 maio/ago. 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n146/04.pdf>>. Acesso em 09 de dez. de 2019.

LUFT, Celso Pedro, **Minidicionário Luft**. 20 ed. São Paulo: Ática, 2000.

MACEDO, Edison Flavio. Marco Legal: competência profissional para o desenvolvimento nacional. In: **VIII Congresso Nacional de Profissionais**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.confea.org.br/media/8CNP_TEXTO_MARCO_LEGAL.pdf>. Acesso em 09 de dez. de 2019.

NAZARÉ. Lei nº 710/2.015, de 22 de junho de 2015. Dispõe sobre a criação e implantação do Município de Nazaré/TO, e dá outras providências. **Diário Oficial Município de Nazaré**. Nazaré, 23 de junho de 2015.

PARCIANELLO, Juliane. Concepções e significados da formação continuada para os professores que ensinam matemática em são jorge d'oeste – PR. **V Seminário Nacional Interdisciplinar de Experiências Educativas**. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/eventos/senieeseminario/anais/Eixo1/CONCEPCOES_E_SIGNIFICADOS_DA_FORMACAO_CONTINUADA_PARA_OS_PROFESSORES_QUE_ENSINAM_MATEMATICA_EM_SAO_JORGE_DOESTE__PR.pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2019.

PAULA, Simone Grace de. Formação continuada de professores: perspectivas atuais. **Revista Paidéia**. Univ. FUMEC, Belo Horizonte. Ano 6. n. 6. p. 65-86. jan./jun, 2009. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/944/715>>. Acesso em 01 de setembro de 2019.

RAPOSO, Mírian. MACIEL, Diva Albuquerque. As interações professor-professor na co-construção dos projetos pedagógicos na Escola. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Set-dez, 2005. vol. 21. pp. 309-317. Disponível em: <>. Acesso em 17 de set. de 2020.

RHEINHEIMER, Adriana de Freitas. Política de Formação Contínua de Professores: a descontinuidade das ações e as possíveis contribuições. In: **ANPED/GT08 Formação de Professores (Anais)**. 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT08-2966--Int.pdf>>. Acesso em 01 de setembro de 2019.

RODRIGUES, Disnah Barroso (UFPI). Educação Continuada: Analisando sentidos a partir de terminologias e concepções. In: **ANPED/GT02 Formação de Professores. Anais**, 2004.

SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS. Lei Municipal nº 250/2015, de 19 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Santa Terezinha do Tocantins e dá outras

providências. **Diário Oficial Município de Santa Terezinha do Tocantins**. Santa Terezinha do Tocantins, 20 de junho de 2015.

TOCANTINÓPOLIS. Lei nº 963, de 19 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial Município de Tocantinópolis**. Tocantinópolis, 20 de junho de 2015.

TOCANTINS. Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências. **Diário Oficial Estado do Tocantins**. Palmas, 09 de julho de 2015.

APÊNDICE A: Roteiro para entrevista estruturada

Data: _____

Entrevistado: _____

Município em que atua: _____

Serviço prestado: _____

1. Há quanto tempo está na função que exerce atualmente?
2. Qual foi sua participação na elaboração do PME do município?
3. Qual é sua avaliação sobre o atual PME do Município?
4. Como está sendo realizado o monitoramento do PME? Há algum relatório de avaliação?
5. Para você, o que é formação continuada?
6. Como avalia a meta _____ sobre formação continua do PME do seu município?
7. Quais atividades de formação continuada foram realizadas no município nos últimos dois anos?

ANEXO A: Termo de adesão à assistência técnica de Nazaré - TO

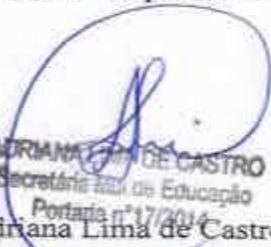


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO

**TERMO DE ADESÃO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO/SASE/MEC**

Eu, Adriana Lima de Castro, CPF 943971631 – 20, Dirigente Municipal de Educação de Nazaré - To, manifesto interesse na adesão voluntária ao processo de assistência técnica para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), Lei nº 710, de 22 de junho 2015, oferecido pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC). Declaro ter conhecimento de que a assistência técnica consiste na formação, orientação e acompanhamento da comissão instituída para esta finalidade, com base na metodologia descrita no *Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação*. Para que resultados positivos sejam alcançados, responsabilizo-me por:

- (i) mobilizar as instituições responsáveis pelo processo de monitoramento e avaliação do PME, conforme previsto em legislação específica ou, na ausência, instituir instância para esta finalidade;
- (ii) viabilizar a participação dos representantes da comissão coordenadora nas formações oferecidas pela Rede de Assistência Técnica/Sase/MEC; (iii) disponibilizar informações referentes ao processo de monitoramento e avaliação do PME para divulgação no portal “PNE em Movimento”; e (iv) indicar um técnico desta Secretaria como responsável pela interlocução com o avaliador educacional da Sase/MEC.


 ADRIANA LIMA DE CASTRO
 Secretária Municipal de Educação
 Portaria nº 17/2016
 Adriana Lima de Castro
 Dirigente Municipal de Educação

Nazaré, 29-03-2016

ANEXO B: Termo de adesão à assistência técnica de Tocantinópolis - TO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO

**TERMO DE ADESÃO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO/SASE/MEC**

Eu, **Marly Pereira Monteiro Fonseca**, CPF352.255.561-91, Dirigente Municipal de Educação de Tocantinópolis, manifesto interesse na adesão voluntária ao processo de assistência técnica para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), Lei nº 963, de 19 de junho de 2015, oferecido pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC). Declaro ter conhecimento de que a assistência técnica consiste na formação, orientação e acompanhamento da comissão instituída para esta finalidade, com base na metodologia descrita no *Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação*. Para que resultados positivos sejam alcançados, responsabilizo-me por: (i) mobilizar as instituições responsáveis pelo processo de monitoramento e avaliação do PME, conforme previsto em legislação específica ou, na ausência, instituir instância para esta finalidade; (ii) viabilizar a participação dos representantes da comissão coordenadora nas formações oferecidas pela Rede de Assistência Técnica/Sase/MEC; (iii) disponibilizar informações referentes ao processo de monitoramento e avaliação do PME para divulgação no portal “PNE em Movimento”; e (iv) indicar um técnico desta Secretaria como responsável pela interlocução com o avaliador educacional da Sase/MEC.

Tocantinópolis-To 01/04/2016

Marly Pereira Monteiro Fonseca
Dirigente Municipal de Educação
Assinatura

Marly Pereira Monteiro Fonseca
Secretária Mul. de Educação
Matrícula - 298

ANEXO C: Termo de adesão à assistência técnica de Santa Terezinha do Tocantins - TO

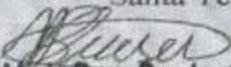


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO

**TERMO DE ADESÃO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E
AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO/SASE/MEC**

Eu, **Maria Rosa Saraiva de Meneses**, CPF: 797.794.091-49, Dirigente Municipal de Educação de **Santa Terezinha do Tocantins-TO**, manifesto interesse na adesão voluntária ao processo de assistência técnica para o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação (PME), Lei nº 250, de 19 de 06 de 2015 oferecido pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC). Declaro ter conhecimento de que a assistência técnica consiste na formação, orientação e acompanhamento da comissão instituída para esta finalidade, com base na metodologia descrita no *Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação*. Para que resultados positivos sejam alcançados, responsabilizo-me por: (i) mobilizar as instituições responsáveis pelo processo de monitoramento e avaliação do PME, conforme previsto em legislação específica ou, na ausência, instituir instância para esta finalidade; (ii) viabilizar a participação dos representantes da comissão coordenadora nas formações oferecidas pela Rede de Assistência Técnica/Sase/MEC; (iii) disponibilizar informações referentes ao processo de monitoramento e avaliação do PME para divulgação no portal "PNE em Movimento"; e (iv) indicar um técnico desta Secretaria como responsável pela interlocução com o avaliador educacional da Sase/MEC.

Santa Terezinha do Tocantins-TO, 28 de março de 2016.


Maria Rosa Saraiva de Meneses
Secretária Municipal de Educação
Portaria 019/2016
Município de Santa Terezinha do Tocantins
Secretaria Municipal de Educação.

ANEXO D: Respostas, entrevista estruturada com secretário municipal da educação e cultura, município de Nazaré - TO

Data: 18/05/2020

Entrevistado: Secretário A

Município em que atua: Nazaré - TO

Serviço prestado: Secretária Municipal da Educação e Cultura

1. Há quanto tempo está na função que exerce atualmente?

R: 3 meses.

2. Qual foi sua participação na elaboração do PME do município?

R: Nenhuma participação ainda, devido a minha recente chegada ao cargo.

3. Qual é sua avaliação sobre o atual PME do Município?

R: Estou me inteirando ainda sobre o assunto, mas pelo que já observei, está sendo de acordo com o PME do estado. E procuramos nos adequar da melhor forma possível pra q possamos trazer melhorias no ensino de nossos educandos.

4. Como está sendo realizado o monitoramento do PME? Há algum relatório de avaliação?

R: O monitorar é feito através de relatórios. Todos os anos, fazemos um relatório sobre o q tá sendo ensinado, sobre o q precisa ser melhorado.

5. Para você, o que é formação continuada?

R: Formação Continuada são os cursos e treinamentos q nossos professores fazem pra aperfeiçoamento e melhoramento das atividades pedagógicas.

6. Como avalia a meta 12 sobre formação continua do PME do seu município?

R: Essas metas tbm são avaliadas através de relatórios, a gente vai analisando as nuances do município, o q tá precisando nas escolas e vai avaliando dessa maneira.

7. Quais atividades de formação continuada foram realizadas no município nos últimos dois anos?

R: Base nacional curricular comum da educação infantil e da educação ensino fundamental.

ANEXO E: Respostas, entrevista estruturada com secretário municipal da educação e cultura, município de Tocantinópolis - TO

Data: 05/06/2020

Entrevistado: Secretário B

Município em que atua: Tocantinópolis - TO

Serviço prestado: Secretário Municipal da Educação e Cultura

1. Há quanto tempo está na função que exerce atualmente?

R: 01 ano e 7 meses.

2. Qual foi sua participação na elaboração do PME do município?

R: Não participei da elaboração.

3. Qual é sua avaliação sobre o atual PME do Município?

R: O PME do Município tem seus altos e baixos. Creio que o próximo Plano Municipal de Educação de Tocantinópolis seja elaborado com os “pés no chão”. Mesmo porque as políticas educacionais do Brasil frustraram as maiorias das Metas do Plano Nacional de Educação, que é o norteador dos PMEs.

4. Como está sendo realizado o monitoramento do PME? Há algum relatório de avaliação?

R: O monitoramento é realizado a cada dois anos. O último relatório foi feito em outubro de 2018. E o próximo monitoramento está previsto para o segundo semestre de 2020.

5. Para você, o que é formação continuada?

R: Formação Continuada é o alicerce do processo de ensino-aprendizagem. Ela tem que ser contínua e de qualidade. O profissional que se preza tem que se atualizar e ser o responsável por buscar a própria formação. Embora eu reconheça que fui o Secretário que mais proporcionei Formação Continuada em pequeno espaço de tempo, defendo que o profissional tem que buscar se aperfeiçoar independentemente da oferta de formações pela SEMEC.

6. Como avalia a meta 16 sobre formação continua do PME do seu município?

R: Creio que só vou ter uma clareza sobre essa meta após a conclusão do próximo monitoramento do PME. Mas os professores estão mais ligados em relação a formação continuada, principalmente depois da concessão de mais de 150 notebooks para esses profissionais. Diz a Meta 16 - Formar, em nível de Pós-Graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a

todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Creio que mais da metade dos profissionais da Educação Básica já tenha curso de pós-graduação. Porém temos que fazer um estudo de demanda relacionado ao assunto.

7. Quais atividades de formação continuada foram realizadas no município nos últimos dois anos?

R: Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, Programa Novo mais Educação, Curso de Orientações Básicas para Unidades Escolares, Implantação do Sistema Integrado de Gestão Escolar-SIGE, A BNCC e o alinhamento no contexto dos Documentos Curriculares na Rede Municipal de Ensino(Educação Infantil e Ensino Fundamental I), Oralidade e Metodologias de Ensino de Língua Inglesa, Implementação do Documento Curricular do Tocantins – DCT, Planejamento, Gestão e Projeto Político Pedagógico – P.P.P, PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), Censo Escolar, PTE (Programas de Transporte do Escolar), FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, CSC (Controle Social para Conselheiros), Formação em Serviço, dentre outros que não me recordo no momento.

ANEXO F: Respostas, entrevista estruturada com secretário municipal da educação e cultura, município de Santa Terezinha do Tocantins - TO

Data: 18/05/2020

Entrevistado: Secretário C

Município em que atua: Santa Terezinha do Tocantins - TO

Serviço prestado: Secretária Municipal da Educação e Cultura

1. Há quanto tempo está na função que exerce atualmente?

R: 3 anos.

2. Qual foi sua participação na elaboração do PME do município?

R: Presidente do Conselho Municipal de Educação e Equipe Técnica da Secretaria de Educação.

3. Qual é sua avaliação sobre o atual PME do Município?

R: Precisamos melhorar no que diz respeito aos prazos de algumas metas.

4. Como está sendo realizado o monitoramento do PME? Há algum relatório de avaliação?

R: É realizado um monitoramento todos os anos, através de relatórios de monitoramento e a cada dois anos é realizado um fórum para avaliação e monitoramento.

5. Para você, o que é formação continuada?

R: Formação continuada são formações que garantem o aprimoramento profissional contínuo.

6. Como avalia a meta 16 sobre formação continua do PME do seu município?

R: É uma das metas que estamos com mais dificuldades, nem sempre a SME consegue oferecer formações e quando surge algumas formações externas alguns profissionais não aceitam participar por muitas dificuldades.

7. Quais atividades de formação continuada foram realizadas no município nos últimos dois anos?

R: PNAIC - Alfabetização e Letramento, Formação pela Escola, Formação da BNCC e do Documento Curricular do Estado do Tocantins.